

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Abril/2011

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
*RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010***

Relatório de Gestão do exercício de 2010, apresentado à Controladoria Geral da União e ao Tribunal de Contas da União, como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 71 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Resolução TCU nº 234, de 10 de setembro de 2010, Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e das Portarias TCU nº 277/2010 e CGU nº 2546/10.

São José/SC, Abril de 2011

S U M Á R I O

1 – ABREVIACÕES	8
2 – INTRODUÇÃO	10
3 – IDENTIFICAÇÃO	12
4 – PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA CONSIDERANDO O CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS, METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS E AÇÕES ADMINISTRATIVAS	
4.1 – Responsabilidades Institucionais da SFA-SC	13
4.2 – Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	14
4.3 – Programas de Governo sob a Responsabilidade da SFA/SC –	
4.3.1 – Execução dos Programas de Governo	16
4.3.2 – Execução Física das Ações de Programas realizadas pela SFA-SC	17
4.3.2.I – Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	
Ação: 4723 - Controle de Resíduos e Contaminantes em produtos de origem Vegetal (RESÍDUOS)....	20
Ação: 4745 - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (FISCORGEN)	21
Ação: 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (PADCLASSIF)	22
Ação: 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (INSPANIMAL)	23
Ação: 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (IPVEGETAL)	28
4.3.2.II –Programa 0357 – Segurança da Sanidades na Agropecuária	
Ação: 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos e Insumos (VIGIFITO)	29
Ação: 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos (FISCPLANTA)	30
Ação: 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos (FISCANIMAL)	32
Ação: 4738 - Erradicação da Mosca da Carambola (ERRADMOSCA)	34
Ação: 4842 - Erradicação da Febre Aftosa (FEBREAFTOS)	35
Ação: 8572 - Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais (PCEVEGETAL)	36

Ação: 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PCEANIMAL)	38
4.3.2.III – Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	
Ação: 2019 - Fiscalização de Material Genético Animal (FISCGENE)	40
Ação: 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal (FISCINAN)	42
Ação: 2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário (FISPROVET)	43
Ação: 2141 - Fiscalização da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes (FISFECOI)	45
Ação: 2177 - Fiscalização de Serviços Agrícolas (FISCAGRIC)	46
Ação: 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudas (FISCALSEM)	48
4.3.2.IV – Programa 0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual	
Ação: 2B47 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG (INDGRAF)	50
4.3.2.V – Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	
Ação: 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica (CERTORGAN)	51
Ação: 8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas (APOIOAGRIC)	53
Ação: 8592 - Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar (RATREAB)	54
Ação: 8593 – Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecosistemas (ORGMANEJO)	55
Ação: 8598 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias (APOIOPEC)	56
Ação: 8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - Pró-orgânico (DESENORG)	57
Ação: 8622 – Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo (PROMOCOOP)	59
4.3.2.VI – Programa 6003 - Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	
Ação: 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse (FISCONTRATO)	60
Ação: 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário (APPRODUTOR)	61
4.4 – Desempenho Orçamentário / Financeiro	
4.4.1 – Programação Orçamentária da Despesa	62
4.4.2 – Execução Orçamentária da Despesa	65
5 – INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	
5.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	67
5.2 – Análise Crítica	68

6 –	MOVIMENTAÇÃO E SALDOS DE RESTO A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
6.1 –	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	69
6.2 –	Análise Crítica	70
7 –	INFORMAÇÕES DE RECURSOS HUMANOS	
7.1 –	Composição do Quadro de Servidores Ativos	71
7.2 –	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária	73
7.3 –	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade	74
7.4 –	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	75
7.5 –	Composição do Quadro de Estagiários	76
7.6 –	Quadro de Custos de Recursos Humanos	77
7.7 –	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão-de-Obra	78
7.8 –	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	81
8 –	TRANSFERÊNCIAS POR CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES	
8.1 –	Transferências Efetuadas no Exercício	83
8.2 –	Análise Crítica	87
9 –	DECLARAÇÃO	
9.1 –	Declaração Atestando a Disponibilização de Informações no SIASG e SICONV	89
10 –	CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES NA LEI Nº 8.730/1993	
10.1 –	Informações acerca do cumprimento pela UJ das Obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993	90
11 –	SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	
11.1 –	Estrutura de Controles Internos da UJ	91
12 –	SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	
12.1 –	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	93
13 –	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	
13.1 –	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União ou Locado de Terceiros	95
13.2 –	Gestão de Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	96

14 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TI	
14.1 – Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	98
15 – CARTÕES DE PAGAMENTO	
15.1 – Informações sobre a Utilização de Cartões de Pagamento do Governo Federal	99
16 – RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	
16.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da SFA-SC	100
16.2 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida	101
16.3 – Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renuncia de Receita Tributária	102
16.4 – Declaração	103
17 – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDIMENTO DE DEMANDAS EM ACÓRDÃOS DO TCU	
17.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercício	104
17.2 – Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	105
17.3 – Recomendações do OCI atendidas no exercício	106
17.4 – Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	107
18 – TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLES INTERNOS	
18.1 – Recomendações da Unidade de Controles Internos	108
19 – DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL	
19.1 – Declaração atestando adequada situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial	109
20 – CONTEÚDO ESPECÍFICO	
20.1 – Indicadores e Resultados Estratégicos	110

I – A B R E V I A Ç Ō E S

Abreviatura:	Nomenclatura:
CCPS	Centro de Coleta e Processamento de Sêmen
CCRC	Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes
CGQV	Coordenação Geral de Qualidade Vegetal
CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CIG	Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COAGRE	Coordenação de Agroecologia
CPOrg	Comissão da Produção Orgânica
CTNBio	Comissão Nacional de Biossegurança
DDA	Divisão de Defesa Agropecuária
DEPTA	Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária
DFIP	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários
DILEI	Divisão de Inspeção de Leite e Derivados, Mel e Produtos Apícolas
DIPOA	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DIPOV	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
DN - TCU	Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União
DOU	Diário Oficial da União
DPDAG	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário
DSA	Departamento de Saúde Animal
EEB	Encefalopatia Espongiforme Bovina
EET	Encefalopatia Espongiforme Transmissível
ERAS	Estabelecimento Rural Aprovado SISBOV
FFA	Fiscal Federal Agropecuário
FISCINAN	Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal
IABRAS	Instituto de Desenvolvimento da Organização Nacional de Excelência Administrativa
LANAGRO/PE	Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco
LDI	Lei das Diretrizes Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
PI	Plano Interno
PInt	Produção Integrada
PNCRC	Programa Nacional de Combate a Raiva dos Herbívoros
PNSA	Programa Nacional de Sanidade Avícola
PPA	Plano Plurianual
PRODESA	Programa de Desenvolvimento Agropecuário
PSC	Peste Suína Clássica.
SDA	Secretaria de Defesa Animal
SFA-SC	Superintendência Federal da Agricultura em Santa Catarina
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICASQ	Sistema de Cadastro dos Agentes da Cadeia Produtiva de Vegetais, seus Produtos, Subprodutos e Derivados para Certificação da Segurança e Qualidade
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SIGorg	Sistema Informatizado de Gerenciamento da Produção Orgânica
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento
SIPOA	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal

SIPOV	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
SISBOV	Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos
SisOrg	Sistema Brasileiro de Garantia da Conformidade Orgânica
SSA/SC	Serviço de Saúde Animal em Santa Catarina
SSV/SC	Serviço de Sanidade Vegetal em Santa Catarina
SVA	Serviço de Vigilância Agropecuária
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UJ	Unidade Jurisdicionada
UVAGRO	Unidades de Vigilância Agropecuária

2 – INTRODUÇÃO

Com vigência a partir de 14 de junho de 2010, data de sua publicação, a Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, aprovou o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária E Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, que estabelece, além das competências dantes existentes na Portaria nº 300, predecessora da atual norma, a de execução dos Planejamentos Estratégico e Operacional, conforme previsto no inciso VII do art. 1º, atividade esta que passou a ser tratada de uma forma mais incisiva, pois envolve diretamente com os objetivos instituídos como premissas básicas para atuação do Órgão.

Frente a esta exigência, ao longo do exercício de 2010, várias foram as ações empreendidas, tanto no âmbito das áreas técnicas, como da administrativa, de modo com que o pensamento e cultura sobre planejamento estratégico fossem cada vez mais internalizados no dia a dia dos funcionários da SFA-SC.

O nível de participação dos servidores, tanto da sede da Superintendência como de suas unidades descentralizadas, incluindo-se neste contexto, os servidores lotados nas SIF's, UVAGRO's e SVA's, superou a marca dos 80% do quadro, o que demonstra o elevado grau de interesse que tem o assunto, prova contundente da importância com que é encarada esta questão pela administração da SFA-SC.

O grande diferencial para que este processo fosse sinônimo de sucesso, e sua assimilação e adesão pelo corpo de funcionários atingissem o percentual citado, se deve a metodologia adotada para disseminar o aprendizado, conjunto de meios este que envolveram a realização de oficinas, com atividades práticas e lúdicas, onde foram demonstradas, de forma clara e objetiva, os papéis que incumbe a cada um dos servidores na estrutura organizacional, delineados de forma a obter os resultados estratégicos previstos.

Outro fato que merece destaque e possuem importância para atingir os resultados desejados, é a questão relacionada a satisfação dos servidores, e neste contexto inúmeras foram as ações levadas a efeito e que tinham, preferencialmente, a intenção de resgatar a auto-estima, o respeito humano e o reconhecimento profissional, e que foram feitas por meio da valorização técnica e estímulos a pro-atividade laboral, logrando-se êxitos no chamado “grau de satisfação funcional”.

Um dos fatos que envolveram diretamente esta questão relaciona-se com a mudança da sede física da Superintendência, que em meados do ano de 2009 iniciou o processo de transferência integral de suas atividades para sede própria na cidade de São José/SC, afastando-se do centro da Capital do Estado catarinense. Este fato por si só, refletiu positivamente entre os funcionários que atuam na sede do Órgão, pois desfrutam agora de um vasto ambiente de trabalho, entremeado com uma grande área verde, possibilitando que os funcionários interajam com a natureza no seu dia-a-dia.

Em que pese ao longo do exercício se ter enfrentado várias dificuldades e que ensejaram consequentes modificações e adequações no planejamento, inicialmente elaborado, como veremos no discorrer do presente Relatório, a preocupação com a profissionalização da gestão, que ficou preservada, oportunizou uma contínua busca de resultado, em especial, ênfase na manutenção de rigorosos controles e gestão orçamentária, o que viabilizou inúmeros investimentos patrimoniais e melhoria das instalações.

E os resultados deste trabalho já se denotam ao fim do exercício em referência, quando verificamos o grau de aderência que foi atingido pelos vários serviços que integram a estrutura da Superintendência, no cumprimento do conjunto de metas fixadas no Plano Plurianual 2008/2011, do Governo Federal.

Relativamente a apresentação do presente Relatório, elaborado segundo as normas estabelecidas pela Resolução do TCU nº 234, de 1º de setembro de 2010, e regulamentada pela Portaria TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010, as tabelas apresentadas estão ordenadas de acordo com a seqüência da regulamentação, podendo haver incompatibilidade em certas situações em face da não aplicabilidade para o caso em questão.

3 – IDENTIFICAÇÃO

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	Código SIORG: 14			
Identificação da Unidade Jurisdicionada				
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina				
Denominação abreviada: SFA-SC				
Código SIORG: 2781	Código LOA: 22101	Código SIAFI: 130072		
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: 101-5 Órgão Público do Poder Executivo Federal				
Principal Atividade: Assessoria, Consultoria, Orientação e Assistência na Agricultura				
Código CNAE: 7490-1/03				
Telefones/Fax de contato:	(048) 3261-9900	(048) 3261-9902		
E-mail: gab-sc@agricultura.gov.br				
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br				
Endereço Postal: Rua João Grumiché, nº 117 – Bairro Kobrasol / 88.102-600 – São José SC				
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada				
- Lei Delegada nº 9 de 11 de outubro de 1962, publicada no DOU em 12.10.1962, com republicação feita em 3.01.1963				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada				
- Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010, publicada no DOU em 14.07.2010.				
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada				
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI	Nome			
999999				
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Código SIAFI	Nome			
99999				
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões				
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão			
999999	99999			

4 – Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira considerando o cumprimento dos Objetivos, metas físicas e financeiras e ações Administrativas (Parte A, Anexo II da DN – TCU nº 107/2010)

4.1 – Responsabilidades Institucionais da SFA-SC

De acordo com o Artigo 1º do Anexo do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, abaixo transcrita, estabelecido pela Portaria 428/2010, compete às Superintendências executar atividades e ações de:

- I** - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;
- II** - fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura;
- III** - assistência técnica e extensão rural;
- IV** - infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
- V** - produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool;
- VI** - administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais;
- VII** - planejamento estratégico e planejamento operacional;
- VIII** - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
- IX** - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e
- X** - aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal.

Na norma ainda fixa, no Parágrafo Único do mesmo dispositivo, que as jurisdições das Superintendências ficam adstritas ao âmbito de cada Unidade da Federação, podendo ocorrer alterações destes limites, no interesse comum, quando se tratar da execução das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuária, à infraestrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, mediante ato do Ministro de Estado.

4.2 – Estratégia de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais

Verifica-se que a responsabilidade institucional da SFA-SC é, portanto, a de ser o ente executivo das ações do Mapa no espaço geográfico do Estado de Santa Catarina, podendo sua jurisdição ser ampliada mediante ato do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Isto não significa que os reflexos das atividades desenvolvidas pela SFA-SC ocorram apenas no Estado de Santa Catarina, uma vez que as relações econômicas do Agronegócio implicam em cadeias produtivas que envolvem elos situados em várias Unidades da Federação. Para exemplificar, podemos citar que a atividade de vigilância internacional realizada nos portos marítimos de Santa Catarina se dá em boa parte certificando e garantindo a rastreabilidade de produtos oriundos de e destinados para estados de outras regiões do País, como o Centro-Oeste e Sudeste.

Na busca de realizar sua missão institucional, de “Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira”, a SFA-SC conta com o estabelecimento de parcerias institucionais com entidades no âmbito federal, estadual e municipal, além de manter permanente diálogo com o setor privado, quer através dos administrados, quer através dos órgãos representativos das empresas e de trabalhadores da área da produção agropecuária.

É necessário, também, interação com o Poder Legislativo, principalmente em nível federal, uma vez que o aporte de recursos para o setor agropecuário tem se dado igualmente de forma significativa através de emendas parlamentares ao Orçamento da União, que representam grande parte dos meios colocados à disposição de Prefeituras Municipais para implementar ações para o desenvolvimento do setor agropecuário em nível local.

Como prioridades estratégicas estabelecidas para a SFA-SC, no cumprimento da missão institucional, ressaltam-se a busca de melhoria das condições de infraestrutura, consolidando as reformas necessárias para adequação do espaço da nova sede, no Município de São José. Além da parte de construção civil propriamente dita, as condições de trabalho compreendem a dotação de rede de tráfego de dados, telefonia, câmeras de vigilância, acessos e todas as demais condições para a plena realização das atividades finalísticas.

À parte das condições base propriamente ditas, encontra-se em andamento o trabalho de aquisição de materiais permanentes que servem de ferramenta para a realização das atividades da área meio, no que tange a transporte, informática, material de expediente e de consumo. As rotinas envolvidas nas atividades têm sido melhoradas a partir de uma visão sistêmica do processo, com capacitação de servidores e implantação de rotinas que melhoraram os resultados alcançados.

Finalmente, vale ressaltar a mudança ocorrida no Regimento das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a publicação da Portaria 428/2010. Com a criação da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento volta a priorizar atividades de fomento e desenvolvimento rural, o que reflete no direcionamento estratégico das ações das Superintendências nos estados, em complementação às atividades finalísticas de fiscalização federal agropecuária no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária.

Em vista disto, foram envidados esforços para dotar esta Divisão em Santa Catarina, de estrutura necessária para desenvolver as ações demandadas pelas Secretarias Nacionais

do Ministério, tais como as ações da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo, da Secretaria de Política Agrícola, da Secretaria de Produção e Agroenergia e da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio.

Como atividades práticas desenvolvidas, foram localizados nesta Divisão servidores para organizar e executar as ações demandadas, uma vez que esta estrutura não existia anteriormente. Em paralelo, as ações prioritárias da Divisão compreendem a implementação do Programa ABC (agricultura com baixa emissão de carbono); implantação dos programas de Produção Integrada de arroz, mandioca, frutas, carne, tabaco e tomate; Indicações Geográficas, Denominação de Origem e Indicação de Procedência, em especial a dos Vales da Uva Goethe e do Queijo Artesanal Serrano; promoção do Associativismo e do Cooperativismo no Estado de Santa Catarina, com ações de capacitação e aprimoramento da gestão de associações e cooperativas; promoção da produção orgânica e sua certificação; fiscalização de serviços agrícola, como a aviação agrícolas; acompanhamento e fiscalização de convênios e contratos de repasse do Programa de Desenvolvimento Agropecuário – PRODESA.

A SFA-SC procurou interagir com todas as instituições dos setores público e privado do Estado de Santa Catarina, também na busca do atendimento à Visão do Mapa para o ano de 2010, que é “Ser Reconhecido pela Agilidade e Qualidade na Formulação de Políticas e Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio Brasileiro”.

4.3 – Programas de Governo sob a Responsabilidade da SFA-SC

4.3.1 – Execução dos Programas de Governo

Os Programas de Governo estabelecidos no PPA 2008-2011 tem seu gerenciamento e controle realizados na sede do MAPA, razão pela qual esta UJ não abordará as informações requeridas pelo **Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo**, da Portaria TCU nº 277, datada de 7 de dezembro de 2010, ficando o seu descriptivo sob a responsabilidade e competência da esfera superior a esta SFA-SC.

4.3.2 – Execução Física das Ações de Programas realizadas pela SFA-SC

Os Planos Internos, integrantes dos Programas previstos no PPA do Governo Federal, tem sua gestão realizada pela sede do MAPA, no entanto a UJ tem papel preponderante, na sua abrangência de atuação, no cumprimento das metas fixadas normativamente, contribuindo de forma significativa para concussão dos objetivos fixados individualmente à cada Ação, razão pela qual estaremos abordando a seguir, na forma dos Planos Internos descrito na tabela abaixo, ações as quais mereceram atenção dos técnicos desta Unidade por contemplarem acontecimentos que estão diretamente relacionados à realidade em que se insere a atuação deste Organismo.

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	665	0356	4723	A	3	Análise Realizada (unidade)	(*)	(*)	(*)
20	125	0356	4745	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	85	66	(*)
20	125	0356	4746	A	3	Produto Fiscalizado (ton.)	500.000	795.318	(*)
20	125	0356	8938	A	3	Estabelec. Inspecionado (unidade)	293	293	(*)
20	125	0356	8939	A	3	Estabelec. Inspecionado (unidade)	350	399	(*)
20	603	0357	2134	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	57.000	70.942	(*)
20	603	0357	4738	A	3	Área Controlada (ha)	0	0	(*)
20	604	0357	4842	A	3	Área Livre (km ²)	95.346	95.346	(*)
20	603	0357	8572	A	3	Área Controlada (ha)	300.000	330.000	(*)
20	604	0357	8658	A	3	Propriedade Atendida (unidade)	96.000	134.932	(*)
20	603	0357	2180	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	59.741	74.542	(*)
20	604	0357	2181	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	32.998	45.104	(*)
20	125	0375	2019	A	3	Fiscalização Realizada	102	203	120

						(unidade)			
20	125	0375	2124	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	88	69	120
20	125	0375	2140	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	65	67	77
20	125	0375	2141	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	404	425	400
20	125	0375	2177	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	24	48	48
20	125	0375	2179	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	431	652	745
20	125	0375	2909	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	69	72	(*)
20	122	1442	2272	A	4				
20	122	0360	2272	A					
20	125	1442	4720	A	3	Unidade Controlada (unidade)	(*)	(*)	(*)
20	572	1442	8560	A	3	Projeto Apoiado (unidade)	(*)	0	0
20	128	1442	8591	A	3	Pessoa Beneficiada (unidade)	200	70	(*)
20	125	1442	8592	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	3	2	1
20	541	1442	8593	A	3	Pessoa Beneficiada (unidade)	150	423	(*)
20	125	1442	8598	A	3	Pessoa Beneficiada (unidade)	120	60	(*)
20	128	1442	8622	A	3	Entidade Assistida (unidade)	100	33	(*)
20	122	6003	2B17	A	3	Contrato Fiscalizado (unidade)	(*)	(*)	(*)
20	605	6003	8611	A	3	Produtor Atendido (unidade)	(*)	(*)	(*)
20	665	1426	8606	A		Pessoa Beneficiada (unidade)	300	927	(*)
20	125	0375	4747	A		Fiscalização realizada (unidade)	(*)	(*)	(*)
20	665	0393	2B47	A		Produtor Atendido	(*)	(*)	(*)

						(unidade)			
20	367	0357	8654	A		Atividade realizada (unidade)	(*)	(*)	(*)

(*) – As metas não foram estabelecidas no SIPLAN.

(**) – O estabelecimento de metas fica impossibilitado pois a atuação depende de ato demandatório.

4.3.2.I.- Programa 356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Ação 4723 – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de origem Vegetal (RESÍDUOS)

Análise crítica:

O PI é utilizado para desenvolver as atividades propostas no Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC) que envolve as áreas animal e vegetal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O PNCRC, instituído pelas Instruções Normativas 42/1999¹ (animal) e 42/2008² (vegetal), regulamenta os procedimentos para o monitoramento e a investigação dos níveis de resíduos e contaminantes nos setores de produtos vegetais, carnes, mel, leite e pescado. As ações no Ministério da Agricultura para a aplicação do PNCRC são desenvolvidas pela Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes (CCRC), vinculada à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/MAPA).

O monitoramento consiste na coleta de produtos por amostragem, os quais são destinados a laboratórios oficiais ou credenciados pelo MAPA para exame dos níveis dos resíduos e contaminantes. A determinação do número e período de coletas é feita pela Coordenação do Programa.

Se os produtos apresentarem níveis de substâncias nocivas acima dos estabelecidos pela legislação, a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) encaminha equipes de fiscalização para desenvolver, no âmbito Estadual, as investigações.

A investigação é baseada na fiscalização da propriedade envolvida na violação para o levantamento das possíveis causas da não conformidade identificada. A investigação também pode envolver propriedades circunvizinhas e demais locais de interesse, ou de seus fornecedores de insumos. O Ministério Público e a Polícia Federal podem abrir processo criminal nos casos de uso de produtos proibidos.

¹ Instrução Normativa 42, de 1999, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura que altera o Plano Nacional de Controle de Resíduos em Produtos de Origem Animal (PNCR/Animal) e os Programas de Controle de Resíduos em Carne (PCRC), Mel (PCRM), Leite (PCRL) e Pescado (PCRP), e revoga a IN nº 3, de 22 de janeiro de 1999.

² Instrução Normativa nº 42/2008, Instituiu Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal – PNCRC/Vegetal, estabelecendo ainda o conjunto de Programas Nacionais para o controle de resíduos e contaminantes por cultura de origem vegetal, fixando ainda os subprogramas de monitoramento e de investigação dos produtos potencialmente não-conformes, além de outros quesitos necessários ao fiel cumprimento do Plano instituído.

Ação 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - (FISCORGEN)

Análise crítica:

A ação de fiscalização das atividades com organismos geneticamente modificados se traduz no estado na fiscalização de atividades de plantio comercial, com objetivo de fiscalização das regras de isolamento para o plantio de milho geneticamente modificado (milho GM) em relação a lavouras de milho convencional localizadas em propriedades circunvizinhas, estabelecida pela Comissão Nacional de Biossegurança - CTNBio³ por meio da Resolução Normativa nº 04/2007. Estas regras têm como objetivo a Coexistência de ambos os sistemas de produção de milho. Em Santa Catarina com fiscalização e orientações aos comerciantes e produtores, pode-se concluir que é possível a convivência de ambos os sistemas de produção.

Ainda, realiza a fiscalização em atividades de pesquisas em experimentos liberados pela CTNBio.

Os recursos descentralizados atenderam as demandas e necessidades do serviço e o não atingimento das metas, deveu-se especialmente ao atraso no plantio do milho devido à estiagem registrada no oeste catarinense nos meses de agosto e setembro.

³ Comissão Nacional de Biossegurança é uma instância colegiada multidisciplinar, integrante do Ministério da Ciência e Tecnologia, tendo como finalidade a de prestar apoio técnico consultivo e de assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da Política Nacional de Biossegurança.

Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - (PADCLASSIF)

Análise crítica:

As atividades de padronização, classificação e fiscalização de produtos de origem vegetal foram executadas prioritariamente sobre os produtos importados, exportados e de comercialização interna de maior expressão econômica para o Estado, a saber: arroz, trigo, soja, feijão, farinhas de trigo e de mandioca, cevada industrial, malte cervejeiro, maçã e óleos de soja, canola e girassol.

Como destaque na execução física dessas atividades tem:

- Revisão de regulamentos técnicos de identidade e qualidade de produtos de origem vegetal destinados ao mercado interno, importação e exportação, sob responsabilidade da Coordenação Geral de Qualidade Vegetal - CGQV/DIPOV/SDA/MAPA;
- Participação na revisão de regulamentos técnicos sobre credenciamento de empresas prestadoras de serviços de classificação, controles higiênico-sanitários, registro de estabelecimentos, documentos de classificação e procedimentos de fiscalização e inspeção referentes ao Decreto nº 6.268/07, que regulamenta a Lei 9.972/2000;
- Credenciamento e renovação de credenciamento de empresas para execução de serviços de classificação vegetal.
- Inspeção aos cursos e treinamentos de habilitação à classificação de arroz, feijão e algodão em pluma promovidos pela Coordenação Geral de Qualidade Vegetal/DIPOV e por empresa credenciada;
- Fiscalização de produtos vegetais padronizados com foco especial para o arroz, feijão, amendoim, maçã e óleos vegetais.
- Elaboração de Termo Aditivo ao contrato com a CIDASC para apoio operacional e laboratorial à classificação dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico importados junto aos portos e ao posto de fronteira;
- Classificação de Amostras de Fiscalização coletadas neste Estado de Santa Catarina;
- Supervisão de estabelecimentos exportadores de maçã no sistema de cadastro dos agentes da cadeia produtiva de produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação de segurança e qualidade – SICASQ, deste Ministério;

Ação 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (INSPANIMAL)

Análise crítica:

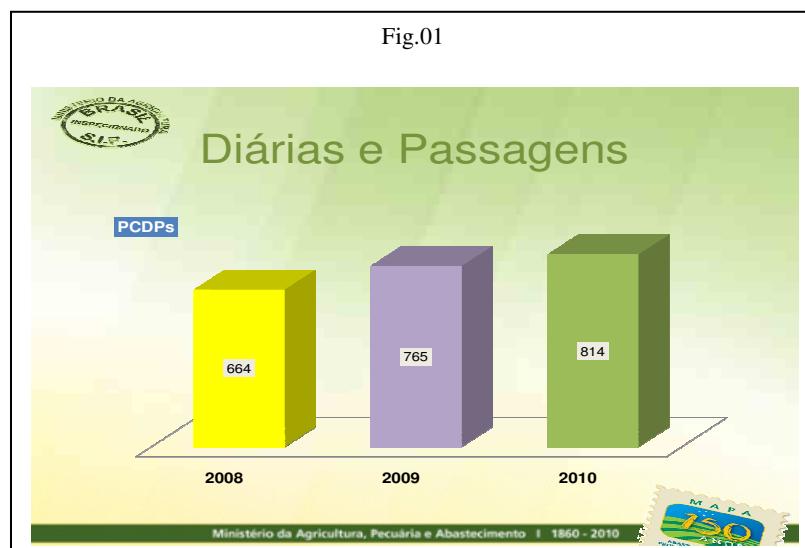
A inocuidade dos produtos de origem animal, o combate a fraude dos alimentos, a manutenção do status exportador e a garantia da qualidade e da conformidade nos produtos brasileiros de origem animal, exigem do Órgão Oficial competente para a fiscalização um acompanhamento constante e programado.

As fiscalizações, acompanhamentos, certificações, supervisões e auditorias nos Estabelecimentos Produtores da cadeia produtiva, tiveram como objetivo certificar a conformidade e a inocuidade dos produtos oriundos dos Estabelecimentos produtores registrados no Ministério da Agricultura.

Durante o ano de 2010 os recursos orçamentários disponibilizados foram utilizados, principalmente na execução das atividades de fiscalização, supervisões, acompanhamento de auditorias e em capacitações.

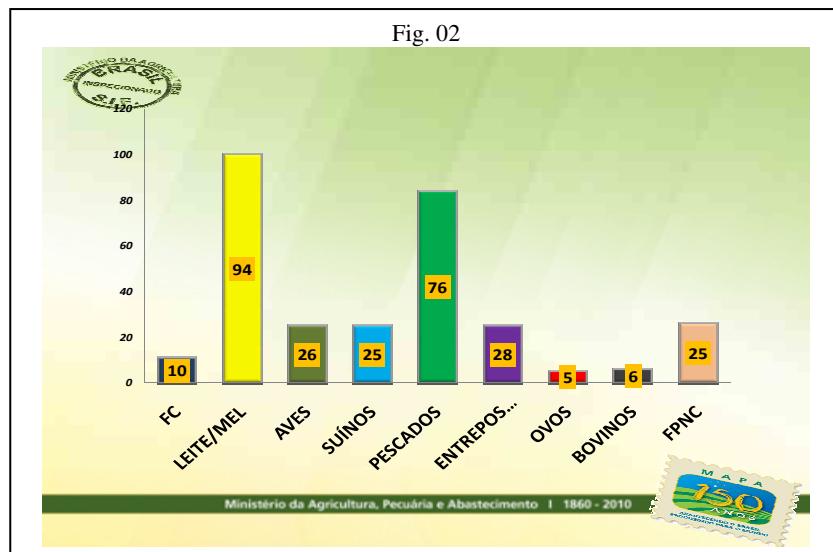
Substancial parte dos recursos concentrou-se em diárias, passagens e combustíveis, utilizados em fiscalizações, supervisões e auditorias, bem como na capacitação profissional dos Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Inspeção Sanitárias Industrial de produtos de origem Animal.

Com a elevação dos serviços realizados durante o ano de 2010, e com os resultados das metas principais atingidas, fica clara a demanda maior por concessão de diárias e passagens (Fig. 01) para a execução das tarefas.

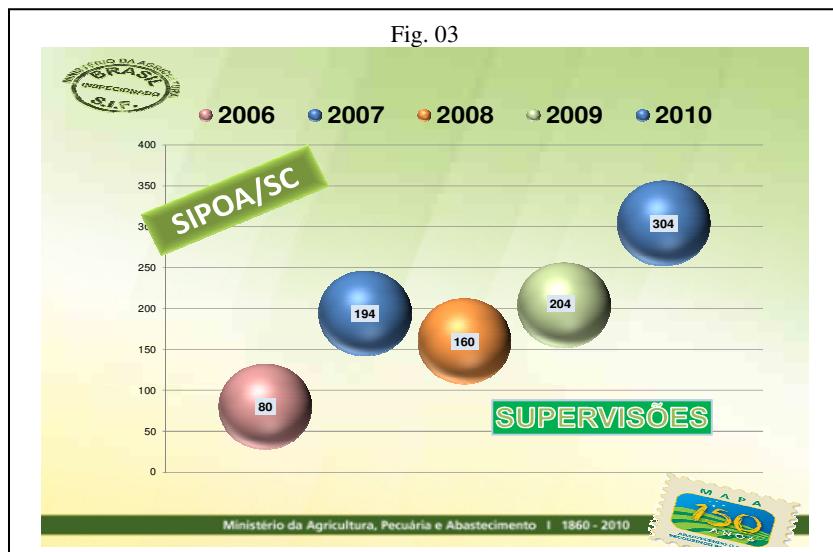


Durante 2010 a realização de supervisões em Estabelecimentos produtores e armazenadores foram incrementados.

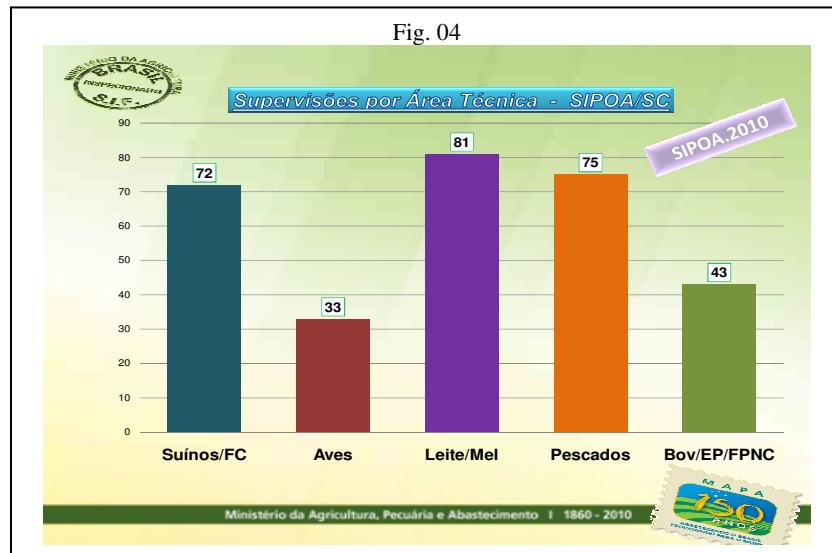
Havia uma programação de realizar em 2010 pelo menos uma (1) supervisão por Estabelecimento registrado no MAPA, um total de 295 Estabelecimentos (Fig. 02) com SIF em Santa Catarina.



Foram realizadas 304 supervisões em 2010 (Fig.03), aproximadamente 50% a mais que no ano anterior, atingindo a meta estipulada se levado em consideração o número global de atividades realizadas.



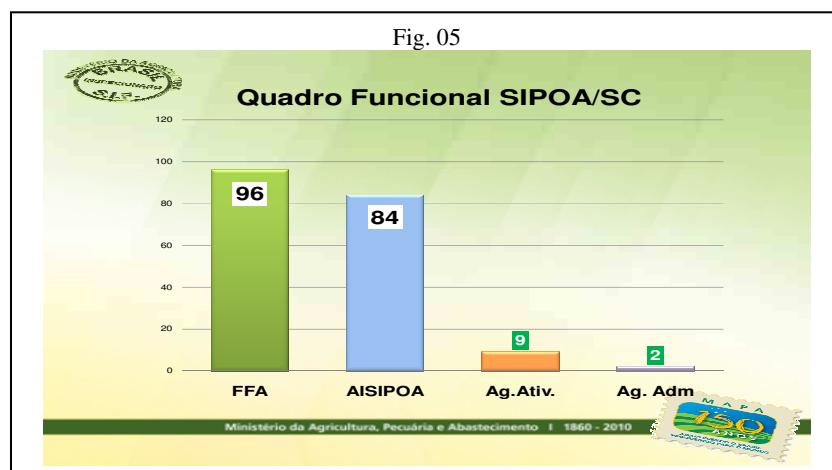
Este resultado superior ao estipulado no global do Serviço de Inspeção Federal, não revela especificamente as necessidades de aperfeiçoamento no sistema quando analisado nas diversas áreas técnicas (Fig. 04) que compõem o Serviço.



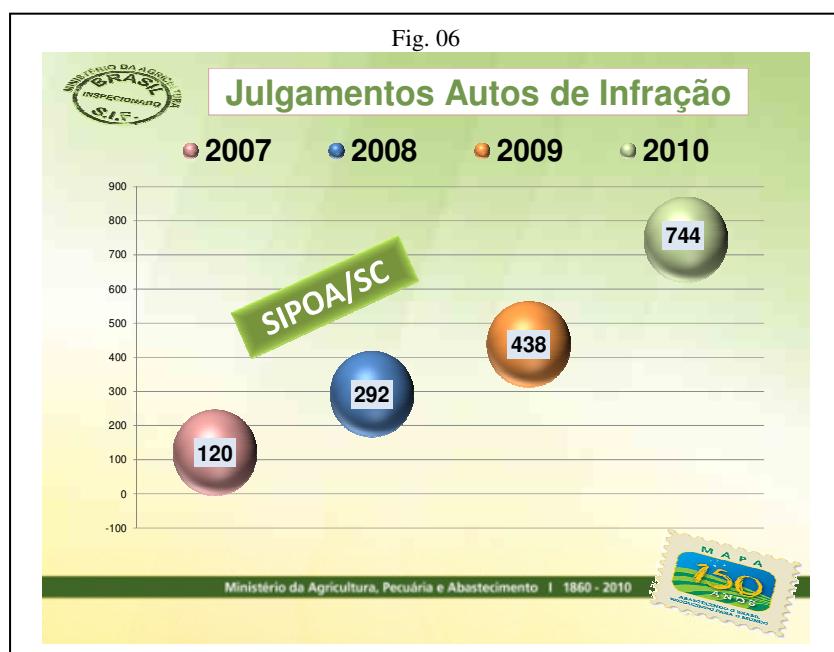
A área técnica de leite/mel com 94 Estabelecimentos realizou 81 supervisões e a área de bovinos/entrepostos/fábrica de produtos não comestíveis com 59 Estabelecimentos executou 43 supervisões.

Podemos destacar o número insuficiente de Fiscais Federais Agropecuários nos setores de leite, frente a quantidade de estabelecimentos destes setores registrados no Ministério da Agricultura, e a necessidade de alinhar as programações de auditorias realizadas pela Dilei/Brasília com as supervisões que são realizadas a nível de Unidade da Federação.

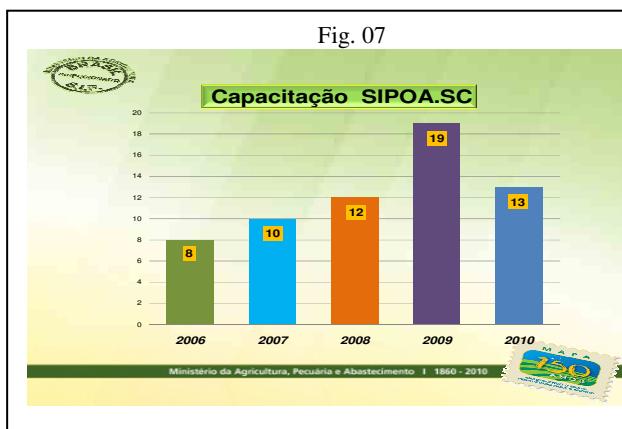
O número de Servidores tem-se reduzido de forma lenta e sistemática (Fig. 05), devendo-se agravar substancialmente se houver a contemplação da ferramenta subsídio aos contracheques.



Mesmo com um quadro funcional defasado, os trabalhos e as metas oficiais têm crescido, não só o crescimento de mais de 50% das supervisões, mas especialmente, e de forma contundente, a enorme elevação dos processos administrativos correlacionados aos Autos de Infração demandados contra as Empresas Fiscalizadas (Fig. 06), situação esta que se projeta como de difícil administração em futuro muito próximo, caso não sejam tomadas medidas a fim de erradicar este cenário de dificuldades.



Torna-se imperiosa a continuidade e crescimento do processo de capacitação como vem sendo realizado (Fig. 07) e que vem dando resposta positiva para obtenção de resultados nas atividades fins do Ministério, buscando preservar a perseguição de maior produtividade, gerenciamento de tempo e eficiência nos atos fiscalizatórios.



Durante 2010 foram realizados eventos de treinamentos em busca de capacitação (Fig. 08), o que em 2011 tem maiores condições de prosperar desde que mantidos os recursos financeiros programados no POA – Planejamento Orçamentário Anual 2011.

Ação 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (IPVEGETAL)

Análise crítica:

No exercício de suas atribuições legais, o setor de Bebidas do SIPOV/SFA-SC promove a execução de atividades em todo o Estado, objetivando proporcionar a oferta e a comercialização de bebidas e seus derivados, pautados na atual realidade dos mercados nacional e internacional, com níveis de qualidade e segurança desejáveis, por meio da prática de diferentes ações.

Entre as ações realizadas por este serviço, se destacam: auxílio na organização normativa; inspeções; fiscalização e o controle das atividades atinentes à área de bebidas; além do registro de produtos e estabelecimentos fabricantes; bem como análise de bebidas, quando da importação, as quais são realizadas por meio de padrões de identidade e qualidade, instituídos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

No que se refere aos resultados relacionados aos produtos de origem vegetal, a meta prevista para 2010 foi de 228 estabelecimentos inspecionados, no entanto o resultado alcançado atingiu o total de 312 estabelecimentos. O elemento que contribuiu para o desempenho apurado foi a execução de inspeções de registro de estabelecimentos de bebidas acima do previsto na LOA.

Outro fator preponderante para que a meta fixada fosse ultrapassada é que as inspeções, por tratarem de demandas externas, com base nas solicitações efetuadas pelos clientes, não é possível haver uma previsibilidade aproximada de sua realização, fazendo com a programação seja elaborada segundo histórico dos serviços em exercícios anteriores, o que invariavelmente ocasionada a extração das metas.

Além das ações de fiscalização, a área de Bebidas, contou com o aporte de recursos do Plano Interno que viabilizou a aquisição de 1 (um) veículo – camionete cabine dupla – para execução das atividades de forma mais eficiente, devido a grande quantidade de produtos coletados durante as ações de fiscalização.

Técnicos do Setor também participaram de reuniões relacionadas à área, inclusive na Reunião dos Responsáveis técnicos da área de Bebidas, promovida em Fortaleza, no período de 06 a 10 de dezembro de 2010, para tratar da uniformização dos procedimentos e normativos que estão sendo regulamentados, e demais assuntos correlatos.

No que se refere a execução das ações, no decorrer do exercício de 2010 não ocorreram problemas significativos que viessem a interferir nos objetivos propostos.

Para o ano de 2011, a previsão é que sejam efetuadas todas as inspeções em estabelecimentos que forem demandas ao setor de bebidas do estado de Santa Catarina.

Dentre os principais clientes deste setor estão os produtores, beneficiadores, importadores e exportadores envolvidos com o processamento, elaboração, armazenamento e comercialização de bebidas e derivados; profissionais liberais, cooperativas do ramo do agronegócio, universidades, institutos de pesquisa e, de maneira ampla, consumidores destes produtos.

2.3.2.II.- Programa 357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária

Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos e Insumos - (VIGIFITO)

Análise crítica:

A Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (VIGIFITO), está baseada no sistema de barreiras fitozoosanitárias localizadas nas divisas com os Estados do Rio Grande do Sul e Paraná, composto atualmente por 70 barreiras, e na certificação fitossanitária de origem, com cadastramento e fiscalização de unidades de produção e de consolidação.

Ambas as atividades são realizadas pelo órgão executor (CIDASC), cabendo ao Ministério alocar, através da celebração de convênio, recursos financeiros para o aparelhamento destes postos de controle.

Estas atividades são submetidas a supervisões e auditorias sob a responsabilidade do Serviço de Sanidade Vegetal – SSV/DDA/SFA-SC, realizadas no âmbito do acompanhamento *in loco* do convênio.

Tanto a atividade de vigilância e fiscalização do trânsito, como o cadastramento e fiscalização do trânsito de vegetais apresentam problemas decorrentes de dificuldades do órgão executor, especialmente no tocante as dificuldades para a contratação de pessoal técnico, resultantes da política de pessoal estabelecida pelo Governo do Estado.

A descentralização de recursos financeiros PI, nas rubricas 339014 (diárias), 339033 (passagens), 339039 (serviços de terceiros) e 339030 (material de consumo), referentes unicamente ao atendimento das demandas geradas por este Serviço, na execução das atividades de ordem técnica, atendeu adequadamente às necessidades e a programação estabelecida.

Ação 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos (FISCPLANTA)

Análise crítica:

Esta atividade é desenvolvida pelo SVA – Serviço de Vigilância Agropecuária e pelas UVAGRO - Unidades de Vigilância Agropecuária, e se dá por meio da atuação da Fiscalização Federal Agropecuária nos Aeroportos, Portos, Postos de Fronteira e Aduanas Especiais, que fiscalizam o trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários.

São objetos desta aferição, mercadorias importadas, bagagens de passageiros e correios são inspecionados com vistas à autorização de ingresso no país, quando são verificadas as condições de inocuidade e sanidade dos produtos. Os produtos destinados à exportação são igualmente inspecionados para emissão de Certificação Fitossanitária, instrumento que garante o acesso dos produtos brasileiros ao mercado internacional.

A estrutura da antiga VIGIAGRO em Santa Catarina, de acordo com o disposto na Portaria 428/2010, de 9 de junho de 2010, foi adequada e passou a ser composta pelas seguintes unidades descentralizadas de execução Finalística:

- a) UVAGRO/Aeroporto Internacional Hercílio Luz/DDA/SFA-SC, em Florianópolis/SC;
- b) SVA/Dionísio Cerqueira/DDA/SFA-SC, no porto seco daquela cidade, na fronteira com a Argentina;
- c) UVAGRO/Imbituba/DDA/SFA-SC, no porto marítimo daquela localidade;
- d) SVA/Itajaí/DDA/SFA-SC, na cidade de Itajaí;
- e) UVAGRO/Navegantes/DDA/SFA-SC, no porto marítimo de Navegantes/SC;
- f) UVAGRO/São Francisco do Sul/DDA/SFA-SC, localizado no porto marítimo daquela cidade.

O porto de Itajaí é considerado o maior exportador de maças. Os portos de Imbituba, São Francisco do Sul e Itajaí vêm recebendo de forma crescente, importantes investimentos em melhoria da infraestrutura, o que significa que em breve aumentará a demanda em relação a recursos humanos.

É importante ressaltar que as demandas quantitativas e a importância dos serviços de fiscalização no trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários têm-se incrementado significativamente, requerendo maior esforço para correção da deficiência da infra-estrutura e de pessoal, não só de Fiscais Federais Agropecuários e técnicos de nível médio, mas principalmente de técnicos administrativos nas Unidades do SVA, pois esta função está sendo resolvida paliativamente através da cessão de funcionários pelas administrações dos portos.

As atividades do SVA's e UVAGRO's são demandadas por importadores, exportadores e passageiros em trânsito internacional.

Considerando os índices de execução da meta física, avaliamos que as atividades atingiram os resultados.

Dos recursos disponibilizados no decorrer do ano para atender demanda desta atividade, o maior volume realizado foi atender a aquisição de materiais permanente. Isto se deve ao fato de ter havido no decorrer do ano a necessidade de aquisição de novos veículos para o deslocamento dos servidores, muitas vezes para fazer frente a remanejamentos de servidores entre as unidades descentralizadas em face do suporte dado devido a férias, cursos ou outros eventos em que havia a necessidade de deslocamento dos servidores.

Ação 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos (FISCANIMAL)

Análise crítica:

Esta atividade é desenvolvida pelo SVA – Serviço de Vigilância Agropecuária e pelas UVAGRO - Unidades de Vigilância Agropecuária, e se dá por meio da atuação da Fiscalização Federal Agropecuária nos Aeroportos, Portos, Postos de Fronteira e Aduanas Especiais, que fiscalizam o trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários.

São objetos desta aferição, mercadorias importadas, bagagens de passageiros e correios são inspecionados com vistas à autorização de ingresso no país, quando são verificadas as condições de inocuidade e sanidade dos produtos. Os produtos destinados à exportação são igualmente inspecionados para emissão de Certificação Zoossanitária, instrumento que garante o acesso dos produtos brasileiros ao mercado internacional.

A estrutura da antiga VIGIAGRO em Santa Catarina, de acordo com o disposto na Portaria 428/2010, de 9 de junho de 2010, foi adequada e passou a ser composta pelas seguintes unidades descentralizadas de execução Finalística:

- a) UVAGRO/Aeroporto Internacional Hercílio Luz/DDA/SFA-SC, em Florianópolis/SC;
- b) SVA/Dionísio Cerqueira/DDA/SFA-SC, no porto seco daquela cidade, na fronteira com a Argentina;
- c) UVAGRO/Imbituba/DDA/SFA-SC, no porto marítimo daquela localidade;
- d) SVA/Itajaí/DDA/SFA-SC, na cidade de Itajaí;
- e) UVAGRO/Navegantes/DDA/SFA-SC, no porto marítimo de Navegantes/SC;
- f) UVAGRO/São Francisco do Sul/DDA/SFA-SC, localizado no porto marítimo daquela cidade.

O porto de Itajaí possui a maior estrutura de armazenamento de carne congelada do país, com aproximadamente 160.000 ton. de capacidade instalada e ainda é considerado o maior exportador de carne. Os portos de Imbituba, São Francisco do Sul e Itajaí vêm recebendo de forma crescente, importantes investimentos em melhoria da infra-estrutura, o que significa que em breve aumentará a demanda em relação a recursos humanos.

É importante ressaltar que as demandas quantitativas e a importância dos serviços de fiscalização no trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários têm-se incrementado significativamente, requerendo maior esforço para correção da deficiência da infra-estrutura e de pessoal, não só de Fiscais Federais Agropecuários e técnicos de nível médio, mas principalmente de técnicos administrativos nas Unidades do SVA, pois esta função está sendo resolvida paliativamente através da cessão de funcionários pelas administrações dos portos.

As atividades do SVA's e UVAGRO's são demandadas por importadores, exportadores e passageiros em trânsito internacional.

Considerando os índices de execução da meta física, avaliamos que as atividades atingiram os resultados.

Dos recursos disponibilizados no decorrer do ano para atender demanda desta atividade, constata-se que o maior volume de despesas foi no pagamento de diárias e materiais de consumo. As despesas com deslocamentos ocorreram principalmente pela necessidade de suprir a ausência de servidores em face da participação em eventos no interesse dos serviços.

Ação 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola (ERRADMOSCA)

Análise crítica:

A praga *Bactrocera carambolae*⁴, Mosca da Carambola, por se tratar de praga quarentenária, presente apenas para o Estado do Amapá, está ausente de ocorrências no Estado de atuação desta UJ.

Conforme definido pelas Instruções Normativas nºs 52/2007⁵ e 41/2008, não está inclusa dentre as atividades com organismos conveniados, limitando-se o trabalho ao monitoramento das áreas de maior risco, com a colocação e manutenção de 10 armadilhas sexuais em pontos considerados estratégicos no Estado.

Não houve descentralização de qualquer recurso financeiro neste PI, para este SSV/SC.

A CIDASC realizou o monitoramento da praga no período abril a agosto/2010, através da colocação de armadilhas nos municípios de Blumenau, Caçador, Chapecó, Criciúma, Itajaí, Joinville (2), Lages, São José e Videira, totalizando 10 armadilhas, sem capturas.

Deste modo permanece o Estado de Santa Catarina com o status de estado sem ocorrência da praga.

⁴ Espécies de mosca-das-frutas que ataca várias espécies frutíferas tais como: carambola, manga, caju, laranja, acerola, tangerina, jambo vermelho, etc. Originária do sul da Ásia foi detectada na Guiana Francesa de onde migrou para o município de Oiapoque no Estado do Amapá (Brasil) em 1996.

⁵ Instrução Normativa que estabeleceu a lista de pragas quarentenárias ausentes e de pragas quarentenárias presentes para o Brasil e aprovou os procedimentos para as suas atualizações, além de criar o Grupo Técnico de Pragas Quarentenárias - GTPQ, que terá caráter consultivo, para a categorização de pragas, a realização de Análise de Risco de Praga - ARP e a elaboração de planos de contingência e emergência para as pragas de que trata esta Instrução Normativa.

Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa - (FEBREAFTOS)

Análise crítica:

A ação teve uma execução absolutamente satisfatória durante o exercício de 2010, conforme se depreende pela manutenção da excepcional condição sanitária de que é dotado o Estado de Santa Catarina, no que diz respeito a ocorrências de febre aftosa.

O sucesso das ações dirigidas a manutenção da condição do Estado de Santa Catarina de área livre de febre aftosa sem vacinação seguramente oportunizam reflexos positivos na conjuntura econômica desta Unidade da Federação, no que se refere ao comércio de produtos de origem animal, tanto nacional como internacional.

Análise crítica:

A ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais (8572) se traduz, em âmbito estadual, nas atividades de monitoramento de ocorrência do Cancro Cítrico em pomares citrícolas, da Sigatoka Negra⁶ e *Opogona sacchari*⁷ em bananais, monitoramento da praga *Sirex noctilio*⁸ na cultura de *Pinus*, erradicação de plantas hospedeiras e instalação e monitoramento de armadilhas sexuais para a praga *Cydia pomonella*⁹. Esta praga permanece na condição de praga quarentenária e o seu monitoramento acontece também na zona urbana de mais de 40 municípios da região e também nas zonas de produção. Durante o ano de 2010, 03 (três) adultos da praga foram coletados em armadilhas localizadas na zona urbana de Lages. As áreas focais tiveram as plantas hospedeiras erradicadas e houve uma maior concentração de armadilhas nestas regiões. Não ocorreram capturas nas zonas urbanas e nas zonas de produção dos demais municípios da região.

As atividades são executadas de forma direta pelo órgão estadual de defesa sanitária vegetal (OEDSV). No caso desta SFA-SC, são realizadas pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, para os quais o MAPA concorre através da alocação, via convênio, de recursos financeiros. Estas atividades são supervisionadas e auditadas pelo Serviço de Sanidade Vegetal – SSV/DDA/SFA-SC.

Especificamente ao Cancro Cítrico¹⁰ os citricultores catarinenses, em função da característica de desenvolverem uma atividade restrita ao mercado interno ou apenas ao consumo familiar, e em pequenas propriedades, não praticam a erradicação de plantas contaminadas como método de controle do Cancro Cítrico. Aguarda-se para breve a oficialização, através da edição de norma específica, do Sistema de Mitigação de Risco para o Cancro Cítrico, como forma de garantir, mesmo em áreas de ocorrência da praga, que as frutas comercializadas não apresentem sintomas.

⁶ Sigatoka negra é uma doença fúngica, causada pelo fungo *Mycosphaerella fijiensis* Morelet, sendo sua forma anamórfica *Paracercospora fijiensis* (Morelet) Deighton. A sigatoka negra chegou ao Brasil em 1999 e 6 anos após foi constatada pelo Instituto Biológico, no Estado de São Paulo. A sigatoka negra se propaga por meio de dois tipos de esporos, conhecidos como conídios e ascósporos.

⁷ A *Opogona Sacchari* é uma praga polífaga, nativa de zonas úmidas tropicais e subtropicais da África. Oficialmente foi constatada no Brasil em setembro de 1974, quando diversas partidas de bananas produzidas no Estado de São Paulo foram embargadas na fronteira por fitossanitaristas argentinos, em virtude de estarem infestadas pela praga. O inseto adulto é uma mariposa castanha clara, quase palha, medindo 10 mm de comprimento por 25 mm de envergadura. Os machos são geralmente um pouco menores que as fêmeas e ocorre dimorfismo sexual. Em seguida a eclosão, as lagartas medem cerca de 2 mm de comprimento, apresentando cerdas esbranquiçadas e translúcidas, cápsulas céfálicas ocre e mandíbula marrom alaranjada. As lagartas danificam os frutos de banana na região estilar porém, em altas infestações, os frutos também são atingidos lateralmente.

⁸ *Sirex noctilio*, ou vespa da madeira, é uma espécie indígena da Europa, (Turquia) e Norte da África, pertence a ordem Hymenoptera, família Siricidae. Originalmente só detectada na Nova Zelândia e a migração ao Brasil deste inseto ocorreu em 1993, no sul do Paraná. O prejuízo às árvores é causado pelas larvas do inseto que se alimentam dos tecidos da planta.

⁹ *Cydia pomonella*, que tem nomes populares como bicho da maçã, cydia ou traça das frutas, é uma das mais importantes pragas da maçã no mundo e se alimenta da polpa da fruta, que fica inutilizada para consumo. Os ovos são depositados na face superior das folhas ou sobre os frutos, apresentando-se após no período larval, formando em seguida a pupa, completando-se sua metamorfose na forma de mariposa. Sua envergadura atinge de 10 a 12mm. de comprimento e coloração acinzentada. A longevidade é de cerca de 20 dias. No Brasil, o inseto possui uma ou duas gerações por ano, passando por um período de diapausa e emergindo no início da primavera.

¹⁰ O cancro cítrico é causado pela bactéria *Xanthomonas axonopodis* pv. *citri*, e ataca todas as variedades e espécies de citros. É considerada numa das mais graves doenças da citricultura brasileira, não havendo formas de controle para erradicação da doença. A doença se manifesta por lesões em folhas, frutos e ramos.

Ainda em relação a esta doença as atividades concentraram-se no acompanhamento do cadastramento das Unidades de Produção – UPs, dentro do estabelecido pela Instrução Normativa nº 55/2007¹¹, alcançando 5.000 ha de pomares citrícolas, e o monitoramento na região de Rio do Sul/Alto Vale do Itajaí, principal pólo de produção de mudas do Estado, onde mais um levantamento foi realizado pela CIDASC, com resultado negativo quanto à ocorrência da praga naquela região. Os citricultores catarinenses, em função da característica de desenvolverem uma atividade restrita ao mercado interno e em pequenas propriedades, não praticam a erradicação de plantas contaminadas como método de controle do Cancro Cítrico.

Relativamente as atividades com a bananicultura, o ênfase é no monitoramento da ocorrência da Sigatoka Negra, com a continuidade na implantação do Sistema de Mitigação de Risco – SMR¹², atualmente com 2.192 unidades de produção e 1.158 unidades de consolidação (casas de embalagem) cadastradas junto à CIDASC, e na prevenção e controle de *Opogona sacchari*, principal motivo dos rechaços de cargas de banana nos postos de fronteira, através da implantação dos procedimentos previstos na Instrução Normativa nº 28, de 27/07/2009. Esta atividade alcança 20.000 ha de musáceas.

Relatamos também o início do monitoramento da praga *Sirex noctilio*, a vespa-da-madeira, principal praga da cultura de *Pinus*, em aproximadamente 300.000 ha de pequenas florestas, que se encontram fora do sistema de produção ligado às grandes empresas madeireiras e de celulose,

Finalizando, com as atividades de acompanhamento da erradicação de plantas hospedeiras, instalação e monitoramento de armadilhas sexuais para a praga *Cydia pomonella* na região urbana acima descrita, estamos protegendo 15.000 ha de rosáceas, e acredita-se que em 2 ou 3 anos esta praga esteja erradicada em Santa Catarina.

A descentralização de recursos financeiros PI, nas rubricas 339014 (diárias), 339033 (passagens), 339039 (serviços de terceiros) e 339030 (material de consumo), referentes unicamente ao atendimento das demandas geradas por este Serviço, na execução das atividades de ordem técnica, atendeu adequadamente às necessidades e a programação estabelecida.

¹¹ Instrução Normativa que aprovou Norma Técnica para a utilização do Certificado Fitossanitário de Origem - CFO e do Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado - CFOC, bem como, o modelo do Certificado Fitossanitário de Origem - CFO, o modelo do Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado - CFOC e os demais modelos prevista nesta IN.

¹² O SMR para sigatoka negra é caracterizado como a integração de diferentes medidas de manejo de risco de pragas das quais pelo menos duas atuam independentemente com efeito acumulativo, para atingir o nível apropriado de segurança fitossanitária. Tem como principal finalidade possibilitar ao produtor a manutenção de sua atividade e comercialização do seu produto nas Unidades da Federação.

Ação 8658 – Prevenção, Controle, e Erradicação de Doenças dos Animais - (PCEANIMAL)

Análise crítica:

No ano de 2010 foram concluídos 10 processos de certificação de propriedades livres de brucelose e tuberculose bovina e bubalina. Esta é atividade de adesão voluntaria, e devido aos custos e ao não pagamento diferenciado dos produtos, a exemplo leite cru, adquiridos pelas agroindústrias, não houve incremento quantitativo do número de propriedades certificadas no período.

No mesmo ano foram habilitados no programa, 57 médicos veterinários; foram realizados 3 treinamentos para habilitação de profissionais; 9 reuniões com criadores de gado leiteiro no estado; ministradas 10 palestras para técnicos tanto oficiais como privados; fiscalizadas 10 propriedades em processo de certificação.

Os Estabelecimentos são certificados como livres ou monitorados para brucelose e tuberculose bovina e bubalina, sem previsão de índices a serem atingidos, pois o atendimento é feito através da existência de demanda.

O estado de SC é considerado pelo DSA/MAPA uma área livre de PSC desde o ano de 2001, não tendo ocorrência da doença também no ano de 2010. Casos suspeitos de doenças de caráter hemorrágico em suínos foram detectados, porém descartados para PSC através de análises laboratoriais, realizados em laboratórios credenciados e oficiais.

Ainda no ano de 2010 foi realizado inquérito soroepidemiológico em criatórios de suínos (subsistência) em todo o estado, em atendimento à Norma Interna DSA nº 05/2009¹³, onde não foi encontrado nenhum animal reagente em análise primária para PSC.

Quanto ao trânsito de suínos, não houve no ano de 2010 nenhuma autorização emitida para entrada de suínos provenientes de área não livre de PSC, o que minimiza os riscos também de uma possível introdução da doença no estado de SC. Consideramos assim satisfatórios os controles da doença no estado de SC, com base nos dados obtidos durante as atividades desenvolvidas no ano de 2010.

Nunca houve confirmação de algum caso de EEB no Brasil. As fiscalizações das atividades de prevenção à entrada da doença no país são feitas a contento no estado de SC, conforme demanda do programa nacional de controle de raiva em herbívoros e EET. Dentre estas, foram realizadas 56 coletas de alimentos para ruminantes, 51 programadas pelo PNCRH e mais 5 de fiscalizações passivas mediante denúncias de uso de proteína animal na alimentação de ruminantes, todas pelo órgão executor estadual, que recebeu o devido treinamento no ano de 2010.

Com relação aos bovinos importados, não existem mais no estado de SC, sendo o último animal sacrificado em 2009. Sendo assim não são efetuados mais controles nas propriedades que continham estes animais. As coletas de tronco encefálico em matadouros frigoríficos estão sendo cumpridas a contento pelo SIPOA e SIF de bovinos, e as amostras estão sendo encaminhadas pelo SSA/SC ao LANAGRO/PE, conforme definido pelo programa nacional.

Sendo assim, consideramos satisfatórias as ações desenvolvidas em SC para a manutenção do status da doença no país.

¹³ Norma Interna que instituiu o Manual de procedimento do sistema de vigilância da zona livre de peste suína clássica.

No ano de 2010 houve 32 casos positivos de raiva em herbívoros no estado de SC, diagnosticados laboratorialmente, em consequência do atendimento do órgão executor de defesa sanitária animal às notificações de proprietários de animais. Houve praticamente uma manutenção dos números de casos em relação ao ano de 2009, o que mostra a não evolução dos controles, que incluem dentre outros, o controle morcegos hematófagos e medidas preventivas como a vacinação dos animais em zonas endêmicas (focais e perifocais), sendo uma das causas, a inexistência de convênio entre o MAPA e o órgão executor estadual com repasse de verbas para as ações dentro deste programa em específico.

Consideramos assim, que os controles da doença no estado de SC foram executadas dentro de um nível aceitável, devendo, porém para os próximos anos, serem adotadas medidas que tratem de melhoria das mesmas.

Não foram observados contingenciamento de recursos nas ações: Erradicação da febre Aftosa (4842 - FEBREAFTOS) e Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (8658 - PCEANIMAL).

Para que a Defesa Sanitária Animal se torne eficiente é necessário desenvolver um esforço de articulação institucional entre as instâncias do governo federal, estadual e municipal, para promover a integração das ações.

A atualização técnico-científica dos serviços que atuam na área, devido a extensão do País, os desafios da vigilância nas fronteiras e a diversidade de atividades agropecuárias exigem grande cobertura e efetividade das ações em todo o território brasileiro, para que não ocorram impactos negativos para o País e comprometimento da saúde animal, humana e do meio ambiente.

O efetivo técnico existente hoje, considerando a demanda crescente, é insuficiente, tanto a nível central, como a nível Regional.

4.3.2.III.- Programa 375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Ação 2019 – Fiscalização de Materiais Genético Animal - (FISCGENE)

Análise crítica:

Além dos gastos apresentados na tabela acima, foram custeados pela Unidade Central os valores abaixo:

- 1) **3390.14** - Diárias custeadas pelo DFIP (R\$1.129,20) para participação na Reunião Nacional Técnica sobre Ações e Procedimentos de Fiscalização e Insumos Pecuários.
- 2) **3390.33** - Passagem aérea custeada pelo DFIP (R\$1.351,04) para o mesmo evento.

No tocante aos recursos, constatamos o atendimento a contento das solicitações de descentralização financeiras necessárias a suprir despesas com deslocamento de técnicos, entre elas, pagamento de diárias, combustível e passagens aéreas.

Entretanto, a observação que fazemos, na análise dos gastos registrados neste Plano Interno da Ação de Fiscalização de Material Genético Animal, é que apresentou um gasto total executado de R\$ 24.302,78, no entanto, desse montante parte foi direcionado para custeio da manutenção da estrutura de funcionamento utilizada por esta atividade.

Na tabela a seguir, apresentamos os registros relativos a atuação deste Serviço no curso do exercício de 2010:

Objetivos / Metas Operacionais	Atividades Desenvolvidas	
	2009	2010
	Executadas	Executadas
Estabelecimentos registrados	55	57
Estabelecimentos atualizados	50	75
Inscrições/baixas de reprodutores bovinos	Inscrição: 00 Baixa: 01	Inscrição: 00 Baixa: 01
Importações de material genético	46	54
Auditórias realizadas	02	02
Participação em congressos	01	01
Participação em reuniões técnicas/ Cursos DMG	02	02
Fiscalizações	104	203

As principais metas desempenhadas na Ação de Fiscalização de Material Genérico Animal no Estado são o registro e a fiscalização dos estabelecimentos produtores de material genético. O foco da atuação das ações desta atividade, no exercício de 2010, foram auditorias e fiscalização de estabelecimentos avícolas e suinícias. Foram registrados 57 estabelecimentos avícolas e CCPS de suínos.

Ressalva faz-se, quanto ao quadro técnico disponibilizado para execução das atividades desta Ação, contando, atualmente, com apenas um Médico Veterinário e um Agente de Atividades Agropecuárias (tempo parcial), revelando-se isto em um entrave ao atendimento à demanda crescente da atuação da atividade no Estado. O FFA do PI FISCGENE é requisitado, ainda, pela Divisão de Material Genético em Brasília para participar de Auditorias em Centros de Coleta e Processamento de Sêmen e de Transferência de Embriões nas mais diversas Unidades da Federação, ocorrendo também, com menos freqüência, fiscalização de estabelecimentos avícolas e treinamento de técnicos em outros Estados, nesta atividade (Manaus – AM fiscalização de planta e local para instalação de um incubatório para Gallus Gallus em fevereiro e fiscalização para registro com treinamento de FFA's em dezembro).

A tabela resume o desempenho das atividades no exercício de 2010, demonstrando o grau de eficiência e eficácia com que foi gerenciada esta atividade, procurando sempre otimizar os recursos financeiros e humanos com objetivo do alcance das metas desta Ação.

As fiscalizações, neste exercício, superaram o programado devido a demanda das empresas do setor avícola e suíncola.

O Impacto Social nas comunidades, onde aconteceram as atividades deste setor, são de extrema importância para o agronegócio nacional, tendo em vista viabilizar o comércio regular e legal dos produtos produzidos (ovos para incubação, aves e ratitas para corte, animais para reposição em plantéis e granjas de suínos e sêmen e embriões congelado de bovinos para melhoria dos plantéis estaduais), insumos de valor agregado que fazem parte da cadeia produtiva do estado catarinense e da nação brasileira.

Ação 2124 – Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal - (FISCINAN)

Análise crítica:

Inicialmente, vale alertar que devido à grande variação de tempo demandado por cada tipo de fiscalização (exemplo: uma auditoria requer aproximadamente três dias num estabelecimento, enquanto uma fiscalização de rotina pode ser realizada em apenas uma manhã), a unidade de medida denominada “Fiscalização Realizada” acaba não sendo plenamente esclarecedora do volume de trabalho realizado a campo.

Atualmente, a fiscalização de insumos destinados à alimentação animal no estado de Santa Catarina encontra-se com grande dificuldade para atender satisfatoriamente ao elevado volume de demandas existente no estado.

A ação passa, nos últimos anos, por profunda atualização de seus instrumentos legais, levando à necessidade de significativa demanda de tempo para o desenvolvimento de novos procedimentos.

O número de servidores técnicos e administrativos envolvidos diretamente na atividade é insuficiente.

Tal cenário tem nos levado à priorizar a realização de algumas atividades em detrimento de outras, em face do prazo demasiadamente longo para atendimento das demandas e o acúmulo de atividades pendentes de atenção.

Dentre as atividades preteridas/prejudicadas, temos o programa de colheita de amostras. A não realização da colheita de um número significativo de amostras foi o principal fator que impediu que fosse atingida a meta de fiscalizações programadas para o ano de 2010.

Após intensa dedicação objetivando classificar e quantificar as demandas relacionadas à atividade verificou-se avanços expressivos na capacidade de ordenamento e gerenciamento dos trabalhos.

A meta programada para 2011 foi aumentada em relação a 2010 em decorrência da chegada de mais uma servidora no segundo semestres de 2010.

As ações de Fiscalização de Insumos destinados a alimentação animal são de suma importância para a sociedade brasileira, afinal, visa garantir que os animais consumam produtos seguros, consequentemente, dando segurança à carne, mel, leite, ovos e outros produtos de origem animal, consumidos pela população.

Ação 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - (FISPROVET)

Análise crítica:

No tocante aos recursos, constatamos o atendimento a contendo da programação orçamentária para o exercício, com a regularidade nas descentralizações necessárias a suprir despesas com deslocamento de técnicos, para pagamento de diárias, combustível e passagens aéreas.

Dos valores disponibilizados para esta atividade, foram devolvidos R\$ 1.178,84.

Em cima da atuação levada a efeito no curso do exercício de 2010, podemos destacar o seguinte:

Objetivos / Metas Operacionais	Unidade de Medida	Universo de Atuação	Atividades Desenvolvidas		
			2010		
			Executadas	Programadas	Executadas
Fiscalização em estabelecimentos fabricantes/importadores e manipuladores.	Fiscalização	SEFIP/SC	20	32	20
Fiscalização de estabelecimentos comerciais.	Fiscalização	SEFIP/SC	64	33	47
Licenciamento de novos estabelecimentos fabricantes/importadores/ manipuladores.	Nº de inscrição	SEFIP/SC	2	Não programado	6
Renovação de licença de funcionamento de estabelecimento fabricantes/importadores/ manipuladores	Nº de inscrição	SEFIP/SC	18	Não programado	17
Licenciamento de novos estabelecimentos comerciais.	Nº	SEFIP/SC	372	Não programado	77
Renovação de Licenciamento de estabelecimentos comerciais	Nº	SEFIP/SC	217	Não programado	297
Autorização Importação de produtos de uso veterinário.	Nº Importação	SEFIP/SC	206	Não programado	209
Reunião Técnica com R.T de estabelecimentos.	Nº reunião	SEFIP/SC	20	Não programado	20
Cadastro de produtos isentos de registro e homeopáticos.	Nº Cadastros	SEFIP/SC	37	Não programado	7
Renovação de licença de produtos de uso veterinário.	Nº renovações	SEFIP/SC	9	Não programado	21

Investigação de denuncias	Nº de denuncias	SEFIP/SC	3	Não Programado	3
Autorização de fabricação de partida piloto	Nº de autorizações	SEFAG/SC	0	Não programado	7
Auto de Infração	Nº	SEFIP/SC	48	Não programado	19

Diante do universo de ação acima apresentado, programou-se inicialmente para o ano de 2010 o número de 65 fiscalizações.

Realizamos 67 fiscalizações, representando duas (2) a mais do previsto.

Embora o produto dessa ação admitido no SIPLAN seja apenas o numero de 67 fiscalizações realizadas, existem outras atividades de grande importância para consecução dos objetivos da ação. Notoriamente, cabe destacar análise de processos de registro (estabelecimentos fabricantes, manipuladores, comerciantes e produtos isentos de registro), investigação de Avisos de Violação do Programa Nacional de Controle de Resíduos¹⁴, análise e relatoria dos processos administrativos oriundos dos Autos de Infração emitidos que exige grande parte do tempo disponível da equipe da área de atuação.

As metas físicas e financeiras foram totalmente realizadas.

Importante observar a tendência de crescimento do setor de fabricantes de produtos veterinários no estado de Santa Catarina, principalmente devido ao incremento do setor de avicultura, suinocultura, bovinocultura e pequenos animais.

Tendo em vista este crescimento e a redução do quadro pessoal técnico, o que tem prejudicado significativamente a ações a serem preenchidas, é impreverível a necessidade de pelo menos mais um profissional e outro servidor para conduzir trabalhos administrativos, evitando o comprometimento da eficiência e da eficácia da atividade de fiscalização de produtos de uso veterinário, ao mesmo tempo em que se evita o desvio de função, prejudicial a atividade fim do Ministério.

¹⁴ O Programa tem como objetivo avaliar o potencial de exposição do consumidor a resíduos de medicamentos veterinários pela ingestão de alimentos de origem animal adquiridos no comércio.

Ação 2141 – Fiscalização da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes - (FISFECOI)

Análise crítica:

O número de fiscalizações mostra-se ajustado à disponibilidade de fiscais atuantes nesta ação, contudo, há necessidade de aumentar o contingente no tocante às tarefas de análise de processos de registro de estabelecimentos e produtos.

Quanto aos pontos de atenção, podemos destacar: 1) Processos de produção dos Estabelecimentos Produtores em SC e qualidade da matéria prima empregada; 2) Fiscalização em produtos acabados produzidos fora do estado, mas comercializados em SC; 3) Controle de qualidade dos laboratórios credenciados e oficiais; 4) Agilidade no atendimento de demandas de análise de processos de registro.

Vários são os fatores que tem prejudicado substancialmente o bom desempenho tais como a carência de melhoria da conformidade dos produtos, falta de melhor nível de detecção de problemas de qualidade dos produtos que estão disponíveis no comércio, a falta coerências entre os diferentes resultados analíticos, depondo contra a credibilidade do sistema de fiscalização de conformidade, e atrasos e acúmulos de processos, prejudicando o bom andamento das ações de fiscalização, bem como os interesses dos administrados.

No tocante à qualidade dos fertilizantes e corretivos consumidos no estado de Santa Catarina, monitorar a conformidade e aplicar medidas punitivas, por si só, não refletem positivamente nos índices de conformidade. É necessário monitorar os processos de produção nos EPs, identificando suas falhas e exigindo suas correções. Neste contexto, mesmo que contraditoriamente ao descriptivo acima, onde se afirma a adequada relação entre FFA's e fiscalização, em se mudando o foco de atuação, i.e., na formatação mencionada, é necessária a alocação urgente de novos fiscais federais agropecuários para atuar na fiscalização de fertilizantes e corretivos.

Especificamente quanto à ação 2141-Fiscalização da Produção e do Comércio de fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes, observa-se que a meta de fiscalização foi superada em relação à programada, e também se tomarmos como referencia as metas dos exercícios anteriores constata-se que o desempenho físico dessa ação vem em um ascendente no item fiscalizações de produto que é um componente importante dessa meta.

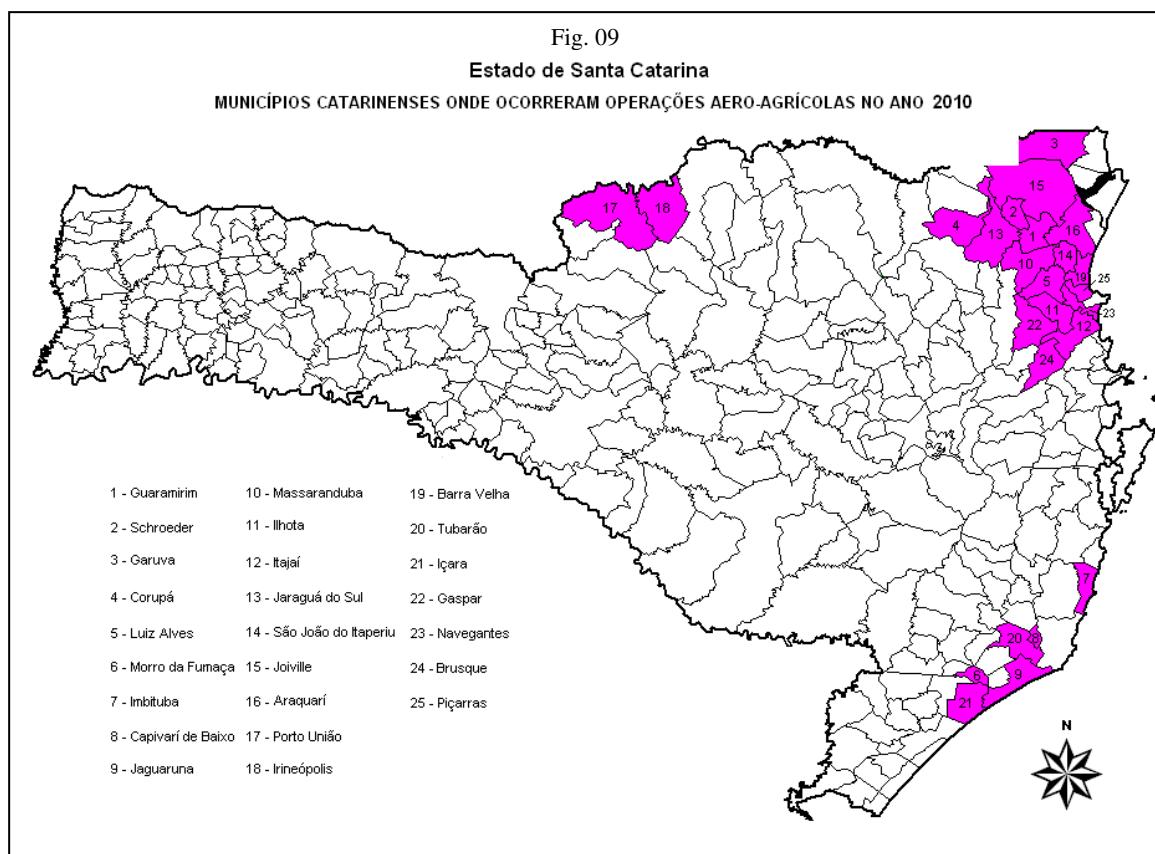
Nessa linha podemos fazer uma inferência desse resultado com a análise do indicador de conformidade desses insumos que também vem numa ascendência se aproximando dos índices estabelecidos no PPA 2008-2011 que é de 95% e o resultado alcançado neste exercício (2010) foi de 84% de conformidade e nos anos anteriores os resultados de conformidade foram respectivamente: 2008-Conformidade de 70%, 2009-Conformidade 76%, para os Fertilizantes Minerais Mistos, insumo este que se apresenta o mais crítico dos avaliados, pela característica de seu processo de produção, identificando onde deverão ser direcionadas as ações de fiscalização.

Ação 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas - (FISCAGRIC)

Análise crítica:

Em Santa Catarina existem atualmente três empresas registradas para operar a atividade de prestador de serviços em aviação agrícola. Adicionalmente, existem duas outras empresas, uma registrada no Paraná e outra em São Paulo, que têm autorização para operarem em Santa Catarina.

No curso do ano de 2010 ocorreram operações aero-agricolas em 25 municípios catarinenses (Fig. 09).



Esta atividade, no âmbito da Superintendência tem sua importância e relevância para o setor produtivo de Santa Catarina, considerando-se seus benefícios e suas implicações pelo emprego de insumos agrícolas (principalmente agrotóxicos) sobre o meio ambiente, a segurança alimentar e a saúde das populações.

Até o mês de Julho/2010, as atividades foram conduzidas pelo SEFAG¹⁵/DT-SC. A partir de Agosto, as atividades de fiscalização de Aviação Agrícola, foram transferidas para este DEPDAG/SC, por força da portaria nº 428 de 09/06/2010, que aprovou o novo regimento interno.

Com relação a recursos financeiros, cabe mencionar que foram liberados em tempo hábil e no montante necessário para realização das despesas com deslocamento.

Diante do universo de ação acima apresentado, programou-se as fiscalizações para o ano de 2010, sendo as fiscalizações programadas para serem realizadas na sede das empresas, nas pistas de pouso/decolagem e pátios de descontaminação de aeronaves.

Em vista da implementação da Instrução Normativa MAPA nº 1, de 7 de janeiro de 2010, que prorrogou até 30/06/2010 o prazo previsto no art. 21 da IN 02 de 03/01/2008, para adequação ao novo sistema do pátio de descontaminação, realizou-se fiscalizações às empresas de aviação agrícola, bem como suas pistas de pouso e decolagem e seus pátios de descontaminação de aeronaves, a fim de verificar a situação de cada um deles e apontar as medidas corretivas, segundo o que preconiza a referida a legislação citada, chamando atenção para cumprimento dos prazos.

¹⁵ Serviço de Fiscalização Agropecuária, serviço desmembrado em dois cujas as denominações passaram a ser SEFIP e SEFIA, através da Portaria nº 428/2010, do MAPA.

Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudas - (FISCALSEM)

Análise crítica:

Nas análises das ações do Programa Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários, acima apresentadas, executadas pelo Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFIA, destacamos:

A dotação orçamentária final teve um acréscimo considerável com crédito adicional não programado no Plano Operativo de 2010, que foi descentralizado no final do exercício, todavia esse acréscimo orçamentário descentralizado intempestivamente foi na natureza de despesa 44.90.55.00(investimento), recurso este direcionado para a aquisição de materiais permanentes, sendo que o mesmo foi utilizado nas atividades de fiscalização com objetivo de melhorar a estruturação das equipes e dos Serviços de Fiscalização nesta Unidade.

Quanto aos recursos destinados ao custeio das atividades de fiscalização, destacamos como ponto positivo, que os mesmos foram descentralizados tempestivamente atendendo a programação anual ao longo do exercício, que contribuiu positivamente para o alcance das metas.

A obtenção dos índices previstos para o exercício de 2010 foi prejudicada em face da existência de um parâmetro morfológico que esta se manifestando, em nível de campos de produção de sementes, de forma não estável, sendo estabelecido um padrão para a identificação das cultivares de sementes de soja, que apresentam característica de coloração de hilo, sendo que as cultivares de hilo de cor preta, dependendo das variações edafoclimáticas¹⁶, aonde os campos de sementes são instalados, apresentam variação na cor do hilo preto para cor de hilo marrom escuro, marrom claro e camurça.

Na interpretação dos analistas dos Laboratórios de Análise de Sementes, credenciados, as consideram como sendo sementes de outras cultivares, pois a cor do hilo preta, foi identificada pelo Melhorista¹⁷, no momento de definir os descritores morfológicos das cultivares, com a característica de cor hilo preta, que foi manifestada e identificada nos experimentos de VCU – Valor de Cultivo e Uso, em condições edafoclimáticas, onde foram instalados os referidos experimentos, não sendo constatada essa variação de cor do hilo nos descritores informados pelo Melhorista, no momento de requerer o registro da cultivar no RNC – Registro Nacional de Cultivares.

Por esse motivo, os analistas dos Laboratórios de análise de sementes, interpretam como sendo outras cultivares, as sementes que não apresentam a cor de hilo preta, que dependendo da categoria e quantidade de sementes encontradas em cada amostra, com essa variação na cor do hilo, são considerados lotes de sementes fora dos padrões estabelecidos pela legislação de semente em vigente.

¹⁶ Característica definida por meio de fatores como o relevo, a temperatura, a radiação, a unidade do ar, a composição atmosférica, a precipitação pluvial, o vento, o solo, a litologia e o clima que influenciam o solo nos seres vivos, em particular os organismos vegetais.

¹⁷ Diz-se do criador que se dedica ao melhoramento genético de uma raça ou rebanho de animal ou de espécime de vegetal.

Os resultados estabelecidos nas amostras analisadas e consideradas fora dos padrões mínimos, estão sujeitas a confirmação, mediante a realização de análise pericial das amostras de contraprova, já solicitada pelo interessado e encaminhada ao Laboratório Oficial LASO/LANAGRO/RS, para a reanálise.

Nesta ação observa-se que a meta inicial prevista, constante no Sistema Integrado de Planejamento – SIPLAN, descentralizada pelo órgão central, Coordenação de Sementes e Mudas-CSM, foi de 431 fiscalizações, todavia esta meta foi reprogramada ao longo do exercício, considerando os recursos disponíveis e a capacidade da equipe de fiscalização, ficando estabelecida no Plano Operativo Anual para essa ação, uma meta de 747 fiscalizações, todavia estava incluso neste balizamento as fiscalizações das espécies florestais, nativas ou exóticas e das de interesse medicinal ou ambiental, disposto no capítulo XII do Decreto 5153/04, na expectativa que essa matéria seria regulamentada no exercício de 2010, o que não ocorreu impedindo a equipe de efetuar as aferições programadas para essa finalidade. A meta de 652 fiscalizações executadas nessa ação pode ser considerada tímida, se comparadas com o universo de atuação dessa atividade, que necessita a intensificação das ações direcionadas na produção, certificação e utilização de sementes e mudas, inscrições/credenciamentos no Registro Nacional de Sementes e Mudas-RENASEM, inscrições de campos de produção de sementes e autorizações de importação e exportação, ficando essas ações limitadas e condicionadas a força de trabalho da equipe disponibilizada, evidenciando um entrave relacionado a carência de recursos humanos, o que seria sanado com a readequação da equipe considerando a demanda apresentada a essa atividade.

4.3.2.IV.– Programa 0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual

Ação 2B47 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG (INDGRAF)

Análise crítica:

As ações foram executadas conforme as demandas apresentadas no período de referencia. Não houve estabelecimento de metas pela Coordenação de Indicações Geográficas/CIG do DEPTA. Os parcos recursos financeiros e humanos disponibilizados para a execução da ação comprometeram a ampliação dos debates, bem como uma maior participação da sociedade.

Entretanto, considera-se que houve pequenos avanços porque há indicadores que demonstram o interesse do produtor rural no tema, haja vista a maciça participação no Curso de Propriedade Intelectual no Agronegócio promovido pela UFSC no ano de 2010, com recursos do MAPA.

Considerando a falta de estabelecimento de metas pela CIG/DEPTA, a ação foi executada de acordo com as necessidades e conveniências surgidas no período.

Com os recursos que foram disponibilizados conseguiu-se realizar oito visitas técnicas aos projetos em andamento e àqueles que ainda se encontram em processo de organização dos produtores.

Houve a participação de técnico em reuniões de planejamento da CIG e em seminário internacional.

Pontualmente, não detectamos problemas técnicos na execução da ação, no entanto as dificuldades apresentadas, invariavelmente, residem no fato da carência de recursos financeiros e humanos.

Em face da ausência de metas estabelecidas, e considerando o atual estágio de desenvolvimento das questões que envolvem os objetivos desta ação, podemos afirmar que as atuações levadas a efeito no decorrer do exercício de 2010 atendem satisfatoriamente as necessidades e se conclui como adequados os índices atingidos.

4.3.2.V.- Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica (CERTORGAN)

Análise crítica:

O ano de 2010 foi dedicado a dar orientações aos elementos da cadeia produtiva orgânica com o objetivo de possibilitar a sua regularização tão logo venha a legislação passar a viger, fato este que veio a ocorrer em 31.12.2010, ultimo dia do ano de referência.

No que se refere às metas, a Coordenação de Agroecologia, responsável pela gestão do PI, não estabeleceu metas para as superintendências, motivo pelo qual nos leva a relatar o que foi realizado durante o ano, prejudicando com isto a realização de índices comparativos entre o efetivado e o previsto.

Foram realizadas fiscalizações orientativas e reuniões com o mesma finalidade envolvendo várias cooperativas, associações de produtores, empresas, técnicos da extensão rural, produtores em venda direta, supermercados e lojas que comercializam produtos orgânicos, computando um total de 20 reuniões que envolveram 153 pessoas e a emissão de 5 termos de inspeção, resultado das fiscalizações orientativas.

Por solicitação da Coordenação de Agroecologia, o DPDAG/SFA-SC disponibilizou técnico para participar de auditorias de credenciamento em três (03) certificadoras que atuavam no mercado nacional garantindo a qualidade orgânica dos produtos. As auditorias foram realizadas para possibilitar o credenciamento das certificadoras no Sistema Brasileiro de Garantia da Conformidade Orgânica/SisOrg.

Foram avaliadas os seguintes organismos de avaliação da conformidade orgânica:

- ECOCERT BRASIL CERTIFICADORA Ltda.
- IBD CERTIFICAÇÕES LTDA.
- INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ-TECPAR

Participou-se de duas reuniões técnicas em Brasília voltadas para o estabelecimento de manual de procedimentos operacionais e para o estabelecimento de procedimentos operacionais da fiscalização para o início de 2011.

Ainda que não tenhamos uma meta formal a cumprir deve-se salientar que a limitação representada pela falta de pessoal especializado na área da produção orgânica para atuar no DPDAG fez com que as ações de divulgação da legislação ficassem bastante limitadas. Como apenas uma parte dos produtores familiares orgânicos do estado foi atingida entendemos que isso vai acarretar em uma maior demora na regularização dos mesmos, em especial daqueles que fazem venda direta (feiras livres, entrega a domicílio e venda para o Programa de Aquisição de Alimentos/PAA do Governo Federal) que necessitam fazer parte de uma organização de controle social para poder vender os produtos orgânicos dentro das normas legais.

Entendemos que, com a entrada em vigor da legislação da produção orgânica, haverá uma grande demanda para:

- a) cadastramento de organizações de controle social, responsáveis pelo controle dos produtores orgânicos em venda direta e

b) fiscalização de unidades produtivas orgânicas a partir tanto de solicitações da Coordenação de Agroecologia, baseadas no SIGOrg (demanda planejada) quanto através de denúncias (demanda não passível de planejamento).

Em função de atrasos na entrada em operação do Sistema Informatizado de Gerenciamento da Produção Orgânica/SIGOrg a Coordenação de Agroecologia/COAGRE não estabeleceu meta até o momento para 2011.

Ação 8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas (APOIOAGRIC)

Análise crítica:

No curso do ano de 2010 as atividades desenvolvidas nesta ação estiveram direcionadas ao acompanhamento dos trabalhos em execução no estado, na prospecção de potenciais de cadeias produtivas e na motivação de cadeias produtivas interessadas.

Da meta prevista de beneficiar 200 pessoas atingiu-se 115 pessoas em reuniões e encontros técnicos, obtendo assim um resultado equivalente a 57,5% da meta prevista.

A SFA-SC, através do DPDAG, continua a apoiar as atividades relacionadas com a produção integrada do arroz, banana, mandioca e tomate. Foram realizadas reuniões com os coordenadores da PInt. arroz e do PInt. banana para avaliar o andamento dos trabalhos e discutir as principais dificuldades.

No que se refere ao PInt. banana foram feitas visitas aos produtores para verificar os avanços.

Foi buscado estimular o setor de comercialização de produtos agrícolas a divulgar a produção integrada por meio da realização de reuniões com a Associação Catarinense de Supermercadistas, do mesmo modo, foram feitas reuniões de motivação dos atores da cadeia produtiva da cebola e realizada reunião de prospecção para a elaboração de trabalho voltado a produção integrada da moranga.

A SFA-SC em 2010 também sediou o encontro nacional dos servidores do MAPA ligados com a produção integrada, encontro neste que teve como uma de suas metas o nivelamento de conhecimentos acerca desta ação.

A recente reestruturação a que foi submetidas as superintendências, em face da instituição da Portaria nº 428/2010, que reestruturou as unidades descentralizadas do Ministério, foram a principal causa pela dificuldade em se executar adequadamente as ações relacionadas à produção integrada, dificuldades estas que foram encorpadas pela saída de dois servidores do DPDAG, sendo um deles o coordenador do PI no Estado.

Para o cenário de 2011, apesar da coordenação de produção integrada não ter estabelecido metas, deseja-se continuar estimulando as ações em andamento e a prospecção de novas cadeias.

***Ação 8592 – Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar
(RASTREAB)***

Análise crítica:

No curso do mês de abril de 2010, foi promovida auditoria no ERAS 48663 - Fazenda Santa Rosa, em Lages, Santa Catarina. Neste mesmo período estavam programadas duas outras auditorias, no entanto as mesmas não se efetivaram em face de compromisso por parte de produtores em adotarem os procedimentos da IN 14/2009, motivo pelo qual foram adiadas até conclusão das referidas adequações.

No terceiro bimestre do ano, houve a necessidade de deslocamentos de servidores para participarem de audiências públicas e reuniões no intuito de esclarecimentos à dúvidas sobre o SISBOV para produtores rurais e políticos interessados, em especial, explanação sobre as diferenças entre o SISBOV e o Sistema de Identificação de Bovinos e Bubalinos (PIB), executado pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC.

No segundo semestre do mesmo exercício, ocorreu no Rio de Janeiro, reunião visando a apresentação das novas demandas do SISBOV nos estados habilitados à exportação para União Européia frente a publicação da Portaria 428/2010 que delega competências do SISBOV ao SSA, o que representa significativa importância aos trabalhos implementado na área de atuação da UJ, visto a peculiaridade de tratamento dado ao Estado pela qualidade do bovino criado em Santa Catarina.

Neste mesmo período ocorreu descredenciamento de Certificadora que atuava no estado de Santa Catarina, o que fez com que os produtores rurais, participantes do SISBOV, solicitassem sua exclusão do sistema. Deste modo, o estado de Santa Catarina não conta mais com propriedade inscrita no SISBOV, tendo apenas uma empresa fabricante de elementos de identificação, no município de Joinville.

Em meados do segundo semestre, com a participação de fiscais federais da Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade, foi realizada auditoria em empresa fabricante de elemento de identificação, tendo os trabalhos sido realizados pelo responsável técnico do SISBOV desta UJ.

Ação 8593 – Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas (ORGMANEJO)

Análise crítica:

Em 2010, as ações do PI foram direcionadas ao apoio às atividades relacionadas com a Produção Orgânica e as Plantas Medicinais.

Por meio deste trabalho foram beneficiadas 423 pessoas para uma meta inicial de 120, o que demonstra um índice superior a 300% da meta fixada.

O apoio dado a VI Jornada Catarinense de Plantas Medicinais¹⁸ através do pagamento de diárias de colaborador eventual para 10 palestrantes do evento e de uma palestrante do MAPA, tendo no total sido beneficiados 403 participantes.

Apoio, com pagamento de diárias de colaborador eventual, à realização do encontro de representantes da cadeia produtiva orgânica em Santa Catarina, evento realizado no município de Lages. Beneficiou-se 20 pessoas com o evento.

Em função da previsão, bastante conservadora de beneficiar 150 pessoas, a meta foi superada em muito, resultado principalmente dos esforços relacionados com a realização da VI Jornada Catarinense de Plantas Medicinais.

Apesar de ter superado a meta prevista, entende-se que as ações ficaram muito aquém do desejado devido, principalmente, a falta de pessoal no DPDAG e a reestruturação do setor com a instituição da Portaria nº 428/2010.

Apesar de não existir meta estabelecida para 2011, deseja-se continuar no estímulo de ações voltadas ao desenvolvimento rural sustentável como plantas medicinais e produção orgânica.

¹⁸ Com o tema principal o de “Unir Elos pelo Desenvolvimento Social”, o encontro realizado nos dia 27 a 30.09.2010, realizado no Centro de Cultura e Eventos da UFSC, contou com a presença de vários e renomados congressistas, onde foram discutidas questões relacionadas ao cultivo, legislação, farmacologia, controle de qualidade, eficácia, prescrição, etc. de plantas medicinais. As atividades foram divididas em mini-cursos, mesas-redondas, apresentações de trabalhos, oficinas, conferências e palestras disponíveis, todos ministrados pelos melhores especialistas do assunto, do Estado e do País.

Ação 8598 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias (APOIOPEC)

Análise crítica:

As ações empreendidas no curso do ano de 2010 estiveram direcionadas de forma específica ao acompanhamento dos trabalhos em execução no estado e na motivação de cadeias produtivas interessadas.

Apenas 60 pessoas foram beneficiadas para uma meta de 120, atingindo 50% da meta estabelecida.

A SFA/SC, através do DPDAG, continuou apoiando as atividades relacionadas com a Produção Integrada do mel e da carne bovina nos campos de araucária. Foram realizadas reuniões com os coordenadores dos programas e produtores para avaliar o andamento dos trabalhos e discutir as principais dificuldades.

Foram realizadas reuniões no sentido de motivar a cadeia produtiva do leite.

Em Florianópolis, foi promovido o encontro nacional dos servidores do MAPA ligados com a produção integrada com o objetivo de apresentar os trabalhos em execução e debater os problemas.

A reestruturação das Superintendências acabou por prejudicar a execução das ações relacionadas à Produção Integrada com a saída de dois servidores do DPDAG, sendo um deles o coordenador do PI no Estado que passou a ocupar outro cargo na estrutura do MAPA/Sede.

Apesar da coordenação de produção integrada não ter estabelecido meta para 2011, deseja-se continuar estimulando as ações em andamento e a prospecção de novas cadeias.

Análise crítica:

As atividades do Plano Interno, no decorrer de 2010, estiveram voltadas à divulgação para a sociedade sobre a importância dos produtos orgânicos e à estruturação da cadeia produtiva orgânica em Santa Catarina.

A meta estabelecida no SIPLAN para cumprimento por parte da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Santa Catarina, de 300 pessoas beneficiadas foi ultrapassada em muito, chegando a 927 pessoas beneficiadas, o que representa índice superior a 200% do planejado.

Durante o período que abrangeu a Semana Nacional do Alimento Orgânico¹⁹ foram realizadas palestras em escolas e universidades objetivando esclarecer o que é um produto orgânico e seus benefícios para a saúde do indivíduo e do meio ambiente. As palestras envolveram 797 pessoas.

O setor de orgânicos do DPDAG participou como expositor em quatro feiras no estado e a SFA-SC apoiou financeiramente a realização de duas feiras voltadas à divulgação da agroecologia, realizadas no Alto Vale do Itajaí.

No que diz respeito ao apoio à cadeia produtiva orgânica em Santa Catarina, o DPDAG atuou através das seguintes ações:

- realização de 04 reuniões da Comissão da Produção Orgânica – CPOrg/SC que contaram com 53 participantes.
- realização de 02 reuniões com o objetivo de estimular a organização da cadeia produtiva no estado que contaram com a presença de 41 pessoas representando 25 entidades entre associações de produtores orgânicos, cooperativas de produtores, empresas e produtores individuais.

Em função da previsão, bastante conservadora, por parte da Coordenação de Agroecologia de atingir 300 pessoas, a meta da ação “Desenvolvimento da Agricultura Orgânica/Pró-orgânico” foi superada em muito, resultado principalmente dos esforços relacionados com a Semana Nacional do Alimento Orgânico.

Apesar de ter superado a meta prevista, entende-se que as ações voltadas principalmente à organização da cadeia produtiva de orgânicos ficaram muito aquém do desejado devido, principalmente, a falta de pessoal especializado na área da produção orgânica para atuar no DPDAG.

A Coordenação de Agroecologia/COAGRE estabeleceu a meta de beneficiar 10.000 pessoas em todo o país para o ano de 2011, não estando ainda definida metas para Unidades

¹⁹ Evento realizado nos dias de 23 a 30 de maio de 2010, de periodicidade anual, teve sua realização pelo 6º ano consecutivo, e tem como objetivo geral o de esclarecimento aos consumidores sobre o que são os produtos orgânicos, fazendo uma abordagem sobre os benefícios ambientais, sociais e nutricionais desses produtos, estimulando o seu consumo, e os específicos de divulgar os alimentos orgânicos e ampliar o acesso aos consumidores; Ampliar a percepção do consumidor sobre as “qualidades” dos produtos orgânicos; Dar continuidade ao processo de conscientização sobre a importância do consumo responsável para um desenvolvimento sustentável; Esclarecer questões, relativas à produção orgânica, que são as maiores dúvidas nos consumidores; Ampliar a produção e o consumo nacional de produtos orgânicos; Esclarecer sobre as mudanças na legislação que regulamenta os alimentos orgânicos.

da Federação, no entanto há uma tendência de que o número fique em aproximadamente 300 pessoas beneficiárias, a julgar pela meta estabelecida para o ano de 2010.

Ação 8622 – Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo (PROMOCOOP)

Análise crítica:

Em 2010 as ações desta ação estiveram voltadas principalmente ao acompanhamento dos convênios entre o MAPA e a Fundação Dom Cabral²⁰, e o MAPA e a IABRAS²¹.

Foram acompanhadas as atividades do Convênio MAPA/FDC nº 701350/2008 voltado à capacitação de gestores e estabelecimento de uma rede de desenvolvimento entre 21 entidades, entre empresas, cooperativas e associações de produtores orgânicos.

Acompanhamento das ações relacionadas com a formação e estruturação de consórcios de empresas e cooperativas de exportação de maçã (Convênio MAPA/IABRAS nº 708651/2009) beneficiando 11 empresas situadas no RS e SC.

A saída de dois servidores do DPDAG, sendo um deles o coordenador do PI no Estado impossibilitou que se atingisse a meta de 100 entidades assistidas, ficando o índice aproximado a 32% da meta.

²⁰ Centro de desenvolvimento de executivos, empresários e empresas, que pratica o diálogo e uma escuta comprometida com as organizações, construindo com elas soluções educacionais integradas. É orientada para formar equipes que vão interagir crítica e estrategicamente dentro das empresas.

²¹ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e que atua por meio de execução direta dos projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

4.3.2.VI.– Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Ação 2B17 – Fiscalização de Contratos e Repasse (FISCONTRATO)

Análise crítica:

No Plano Interno – PI foram recebidos recursos para locomoção e manutenção de veículos utilizados em vistorias prévias para a análise e aprovação de propostas do Programa Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário, bem como na fiscalização dos contratos de repasse, atendendo ao Plano de Fiscalização de Contratos de Repasse, feito por amostragem, dentre os contratos celebrados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos últimos cinco anos.

De acordo com a amostragem foram fiscalizados trinta e nove contratos, no ano de 2010.

Em decorrência da reestruturação das Superintendências Federais de Agricultura – SFA’s, levada a efeito com a publicação do um novo regimento, anexo a Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010, que promoveu a transformação do Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPGAG em Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG ocorreram alguns problemas gerenciais que culminaram na demora da estruturação da equipe e na programação elaborada para realização das fiscalizações, o que não chegou a prejudicar o resultado uma vez que foram realizadas em tempo hábil.

Os recursos financeiros foram disponibilizados em tempo hábil para a realização das vistorias e fiscalizações.

No exercício de 2010 foram analisadas 203 propostas, das quais 202 (duzentas e duas) foram aprovadas estando 01 (uma) em análise, propostas estas relativas a 167 municípios catarinenses, num montante de R\$ 51.265.900,00. Deste total de propostas foram empenhadas 145 no montante de R\$ 34.560.075,00, estando pendentes de empenho 57 num montante de R\$ 16.705.825,00.

Ação 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário (APPRODUTOR)

Análise crítica:

Os recursos relativos a este PI foram repassados no montante de R\$ 1.237.270,00, referentes a 17 convênios firmados entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e Prefeituras e entidades no Estado de Santa Catarina.

Os valores descentralizados neste Plano Interno foram suficientes para a realização das fiscalizações e acompanhamentos destes convênios.

Com o objetivo de otimizar os recursos humanos e financeiros, a Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG utilizou profissionais de outros serviços da Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina – SFA-SC, que tem suas bases de atuação próximas aos locais onde ocorreram os investimentos, possibilitando minimizar tempo e reduzindo gastos financeiros com deslocamentos de servidores.

Apesar de não haver a fixação de metas foram realizadas fiscalizações em número suficiente para atender a integralmente os convênios vigentes devendo, para o próximo exercício, manter-se o mesmo nível de serviço.

4.4 – Desempenho Orçamentário / Financeiro

4.4.1 – Programação Orçamentária da Despesa

4.4.1.a)- Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO

Em face da não aplicabilidade da exigência relativa às informações das tabelas, Programação de Despesas Correntes, Programação de Despesas de Capital, Quadro Resumo da Programação de Despesas, e Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa, fica dispensado o seu detalhamento conforme previsto no item 2.4.1 do Anexo a Portaria nº 277, de 7 de dezembro de 2010.

4.4.1.b)-- Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						Valores em R\$ 1,00
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	-	-	-	-	-	-	-
	PLOA	-	-	-	-	-	-	-
	LOA	-	-	-	-	-	-	-
	Suplementares	-	-	-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	-	-	-	-	-	-	-
	Outras Operações	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	-	-	-

A tabela acima não se aplica a SFA-SC em face da UJ não ser uma OU, tampouco, tenha, as unidades consolidadas ou agregadas, ou que a Unidade Gestora (UG) que tenha registrado contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício, conforme previsto no quadro de observação constante no item 2.4.1. do Anexo a Portaria nº 277, de 7 de dezembro de 2010.

4.4.1.c)-Programação de Despesas de Capital

							Valores em R\$ 1,00
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital				
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida
			Exercícios		Exercícios		Exercícios
			2009	2010	2009	2010	2009
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	-
	PLOA		-	-	-	-	-
	LOA		-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-
	Outras Operações		-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-

A tabela acima não se aplica a SFA-SC em face da UJ não ser uma OU, tampouco, tenha, as unidades consolidadas ou agregadas, ou que a Unidade Gestora (UG) que tenha registrado contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício, conforme previsto no quadro de observação constante no item 2.4.1. do Anexo a Portaria nº 277, de 7 de dezembro de 2010.

4.4.1.d)-Quadro Resumo da Programação de Despesas

							Valores em R\$ 1,00
Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência
			Exercícios		Exercícios		Exercícios
			2009	2010	2009	2010	2009
LOA	Dotação proposta pela UO		-	-	-	-	-
	PLOA		-	-	-	-	-
	LOA		-	-	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares		-	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-	-	-	-	-
	Outras Operações		-	-	-	-	-
	Total		-	-	-	-	-

A tabela acima não se aplica a SFA-SC em face da UJ não ser uma OU, tampouco, tenha, as unidades consolidadas ou agregadas, ou que a Unidade Gestora (UG) que tenha registrado contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício, conforme previsto no quadro de observação constante no item 2.4.1. do Anexo a Portaria nº 277, de 7 de dezembro de 2010.

4.4.1.e)-Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00						
Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
			-	-	-	-
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
			-	-	-	-
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

As informações constantes na tabela acima não se aplicam a esta UJ por não ter ocorrido movimentações desta natureza envolvendo a SFA-SC.

4.4.2 – Execução Orçamentária da Despesa

A SFA-SC, na forma do que estabelece a regulamentação relativa a execução orçamentária de despesas, em face de seu movimento relacionar-se somente à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa, adotará como sistemática de apresentação o segundo conjunto de demonstrativos, identificados pela denominação “Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação”, assim descritos:

- a. Despesas por Modalidade de Contratação;
- b. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
- c. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa;

O quadro abaixo, denominado **Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos pela UJ por Movimentação**, contempla duas (2) colunas com informações sobre a **Despesa Empenhada** e a **Despesa Liquidada**, cada uma delas dividida nos exercícios 2009 e 2010. As linhas, por sua vez, discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores. No grupo totalizador “**Licitação**” encontra-se o Convite, a Tomada de Preços, a Concorrência, o Pregão, o Concurso, a Consulta e o Registro de Preços, enquanto no grupo “**Contratações Diretas**” estão a Inexigibilidade e a Dispensa. No grupo “**Regime de Execução Especial**” está o Suprimento de Fundo, enquanto no grupo “**Pagamento de Pessoal**” encontra-se o pagamento de Pessoal por meio de Folha de Pagamento ou de Diárias. Por fim, no grupo totalizador denominado “**Outros**” são consideradas as despesas que não se enquadrem nos itens anteriores.

Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	5.761.523	12.508.650	3.403.945	2.663.825
Convite	28.000	0	28.000	0
Tomada de Preços	1.154.162	0	173.062	0
Concorrência	126.380	220.190	126.380	0
Pregão	3.237.185	12.281.594	1.860.707	2.663.825
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Não se Aplica	1.215.796	6.866	1.215.796	6.866
Contratações Diretas	1.125.319	1.037.586	868.247	933.826
Dispensa	931.766	522.088	674.694	522.088
Inexigibilidade	193.553	515.498	193.553	411.738
Regime de Execução Especial	7.100	1.000	5.233	664
Suprimento de Fundos	7.100	1.000	5.233	664
Pagamento de Pessoal	884.821	1.616.993	884.821	1.588.411
Pagamento em Folha	0	0	0	0
Diárias	884.821	1.616.993	884.821	1.588.411
Outras	96.995	41.018	96.995	41.018

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	941.597	1.204.987	981.597	1.198.603	0	0	981.597	1.198.583
33.90.14 - Diária	884.602	1.163.969	884.602	1.157.585	0	0	884.602	1.157.565
31.90.08 – Aux.Fun.	96.995	41.018	96.995	41.018	0	0	96.995	41.018
Demais elem. grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
2 – Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elem. de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elem. de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
3º elem. de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elem. grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
3- Outras Despesas Correntes	3.938.853	867.060	0	0	0	1.244.471	0	0
33.90.30	656.001	867.060	0	0	0	164.508	0	0
33.90.33	609.308	0	0	0	0	8.693	0	0
33.90.39	2.091.289	0	0	0	0	977.414	0	0
33.90.37/47/92/ 33.91.39/4	582.255	0	0	0	0	93.856	0	0

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	0	0	0	0	0	8.410.923	0	0
44.90.52	0	0	0	0	0	8.133.283	0	0
44.90.51	0	0	0	0	0	277.640	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
5 - Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0
6 - Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
1º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
2º elemento de despesa	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais elementos do grupo	0	0	0	0	0	0	0	0

5 – *Informações sobre Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos*
(Parte A, Anexo II da DN – TCU nº 107/2010)

5.1 – *Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos*

A tabela abaixo demonstra a movimentação e o saldo, no exercício de referência das Contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do SIAFI nas UG associadas à UJ, que representam o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, conforme Nota Técnica do Tesouro Nacional 2.309/2007.

O preenchimento fica prejudicado em face da ausência de movimentação de recursos nas rubricas acima descritas.

Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Identificação da Conta Contábil						Valores em R\$ 1,00
Código SIAFI		Denominação				
Linha Detalhe						
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010	
Razões e Justificativas:						

5.2 – Análise Crítica

A análise crítica da gestão do reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos fica prejudicada em face da ausência de movimentação pela UJ, conforme descrito no item precedente.

6 – *Movimentação e Saldos de Resto a Pagar de Exercícios Anteriores (Parte A, Anexo II da DN – TCU nº 107/2010)*

6.1 – *Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores*

A tabela contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2010, estando divido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação, que se descreve a seguir.

Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados					Valores em R\$ 1,00
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010	
2009	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-

Restos a Pagar não Processados					
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010	
2009	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-

Observações:

6.2 – Análise Crítica

A análise crítica da Movimentação e Saldos de Resto a Pagar de Exercícios Anteriores fica prejudicada em face da ausência de movimentação pela UJ, conforme se denota no item precedente.

7 – Informações de Recursos Humanos (Parte A, Anexo II da DN – TCU nº 107/2010)

7.1 – Composição do Quadro de Servidores Ativos

A composição do quadro de pessoal será feita por meio de três quadros abaixo, sendo o primeiro a posição efetiva e autorizada do quadro de RH da SFA-SC, bem como os ingressos e egressos de servidores no curso do exercício de referência; o segundo dará a composição do quadro de pessoal por faixa etária; e, o terceiro e ultimo a composição por nível de escolaridade.

Na tabela abaixo, a primeira coluna descrimina a tipologia de cargos da Administração Pública, sendo que as demais colunas informam a lotação autorizada e efetiva em 2010 e o número de ingressos e egressos no curso do exercício.

Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	334	334	01	03
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	331	331	01	-
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	330	330	01	-
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	01	01	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	03	03	-	03
1.4.1 Cedidos	03	03	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	03
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	23	23	-	-
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	14	14	-	-
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	13	13	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	01	01	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-

2.3 Funções gratificadas	09	09	-	-
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	09	09	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3 Total	357	357	01	03

7.2 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária

O a seguir, correspondente ao segundo demonstrativo, contempla a composição do quadro de recursos humanos por faixa etária, sendo composto de dois (2) grupamentos de informação.

O primeiro corresponde aos grupos de tipologias do cargo discriminados no Quadro A.5.1 anterior, enquanto o segundo compreende um conjunto de cinco (5) colunas discriminando cinco (5) faixas etárias sucessivas e complementares.

Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	12	44	63	116	99
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	12	44	62	115	98
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	1	1	1
2. Provimento de cargo em comissão	1	4	6	11	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	4	5	4	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	1	7	1

7.3 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade

O abaixo, correspondente ao terceiro demonstrativo, contempla a composição do quadro de recursos humanos por nível de escolaridade, sendo composto de dois (2) grupamentos de informação.

O primeiro corresponde aos grupos de tipologias do cargo discriminados no quadro anterior, enquanto o segundo compreende um conjunto de nove (9) colunas discriminando nove (9) níveis de escolaridade distintos.

Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	02	02	34	74	223	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	02	02	34	73	221	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	1	2	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	13	9	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	4	9	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	9	-	-	-	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade:

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

7.4 – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

A seguir apresentamos demonstrativos do quadro de servidores inativos e pensionistas, sendo que a descrição será por meio de duas tabelas, assim definida: 1^a compreenderá a composição do quadro de servidores inativos; e, 2^a a composição do quadro dos instituidores de pensão.

As tabelas apresentam na primeira coluna dois regimes de proventos, subdivididos em quatro regimes de aposentadoria cada um, e as demais colunas, respectivamente, demonstram o número total de servidores em 31.12.2010 e quantidade de ocorrências verificadas no curso do exercício em referência.

Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/10

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	247	08
1.1 Voluntária	247	08
1.2 Compulsório	-	-
1.3 Invalidez Permanente	-	-
1.4 Outras	-	-
2 Proporcional	-	-
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsório	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-

Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	381	10
2. Proporcional	-	-

7.5 – Composição do Quadro de Estagiários

O demonstrativo abaixo apresenta informações acerca do quantitativo trimestral de contratos de estágio vigentes, separando-o por nível de escolaridade exigida para o desempenho das atividades, atividades estas distribuídas nas áreas fins e meio da SFA-SC.

Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Vlrs em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	09	05	03	-	69.976,16
• Área Fim	02	02	03	-	20.910,16
• Área Meio	07	03	-	-	49.066,00
Nível Médio	03	03	01	01	13.246,36
• Área Fim	-	-	-	-	-
• Área Meio	03	03	01	01	13.246,36

7.6 – Quadro de Custos de Recursos Humanos

A tabela que segue demonstra a estratificação do quadro de pessoal, divididas e, sete tipologias de servidores, relacionando-as, nos exercícios de 2008 a 2010, em valores, segundo as diferentes naturezas de despesas com pessoal.

Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Vlrs. em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Aditionais	Indenizações	Despesas Variáveis	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	>Total
Membros de poder e agentes políticos									
2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão									
2008	23.504.840,34	-	14.774.444,39	2.234.354,27	2.028.779,35	874,35	292.779,68	42.836.072,38	
2009	29.627.394,07	-	22.905.977,76	3.682.248,02	1.779.054,07	120,98	295.604,66	58.290.399,56	
2010	33.658.280,77	-	27.793.703,13	4.640.586,00	2.652.460,06	187.570,00	361.391,09	69.293.991,05	
Servidores com Contratos Temporários									
2008	25.594,05	-	14.250,00	13.887,33	31.663,14	-	80.061,06	165.455,58	
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença									
2008	118.714,99	-	56.555,92	-	2.422,04	-	6.024,72	183.717,67	
2009	198.796,74	-	29.187,40	20.426,64	2.774,56	1.870,28	-	253.055,2	
2010	314.072,51	-	41.214,52	23.135,38	13.943,55	8.031,00	-	400.396,96	
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial									
2008	-	-	-	-	-	-	-	-	
2009	-	-	-	-	-	-	-	-	
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2008	617.649,14	198.084,92	426.594,82	39.667,56	19.084,99	-	7.137,09	1.308.218,52	
2009	724.658,38	196.116,05	821.807,33	74.597,62	21.329,50	393,61	16.512,48	1.855.414,97	
2010	821.166,85	206.008,61	1.035.503,51	118.887,43	49.523,16	10.133,24	22.720,17	2.263.942,97	
Servidores ocupantes de Funções gratificadas									
2008	487.414,54	97.009,14	357.804,32	38.760,42	59.108,04	1.173,47	1.303,44	1.042.573,37	
2009	743.273,35	97.941,56	451.963,12	78.608,09	56.109,43	1.303,63	663,28	1.429.862,46	
2010	649.946,35	85.663,30	326.143,59	62.547,99	89.439,50	10.700,70	1.191,67	1.225.633,10	

7.7 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão-de-Obra

Os contratos de prestação de serviços serão detalhados por meio de três demonstrativos assim divididos: a)- Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene ostensiva; b)- Contratos de prestação de serviço com locação de mão de obra; e, c)- Distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão de obra

A tabela a seguir apresenta os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e de vigilância ostensiva que tiveram em vigência no exercício de 2010. Contempla ainda a informação, contratos já encerrados ou que foram celebrados no decorrer do exercício.

Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante											
Informações sobre os contratos											
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas			Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados			Sit.
					Inicio	Fim		F	M	S	
								P	C	P	
2010	L	O	08	00.482.840/0001-38	17/06/10	17/06/11		13	7	6	A
2009	V	O	07	92.653.666/0002-48	10/07/09	10/07/11				6	A

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada

O quadro abaixo demonstra os contratos de prestação de serviços em vigência no exercício de 2010, sendo computados os contratos já encerrados ou que foram firmados no curso do ano em referência.

Quanto aos campos do detalhamento do nível de escolaridades, os mesmos não foram preenchidos em face de não haver exigências contratuais acerca deste quesito.

Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante

Nome: Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina – SFA-SC

UG/Gestão: 130072

CNPJ: 00.396.895/0030-60

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.
					Inicio	Fim	F	C	P	C	
2010	03	O	02	849657060001-88	29/01/10	01/02/11					A
2009	01	O	22	024499920003-26	30/12/09	31/12/10					A
2009	01	O	23	024499920003-26	30/12/09	31/12/10					A
2010	04	O	10	006957040001-26	05/07/10	05/07/11					A
2010	01	O	12	007293670001-40	06/01/11	31/12/10					A
2009	04	O	04	048114490001-90	15/04/09	31/12/11					A
2011	01	O	01	016396580001-00	06/01/11	06/01/12					A
2010	04	O	16	044533680001-66	06/10/10	06/10/11					A
2009	01	O	20	092859680001-86	28/12/09	28/12/11					A
2011	01	O	03	404325440001-47	30/12/10	30/12/11					A
2009	01	O	07	926536660002-48	22/07/09	22/07/11					A
2010	01	O	09	004822840001-38	10/06/10	10/06/11					A
2009	01	O	09	834247620001-42	01/09/09	31/12/11					A
2009	01	O	05	035063070001-57	23/05/09	23/05/11					A
2009	01	O	10	834247620001-42	01/09/09	31/12/11					A
2010	01	O	15	103641520001-27	12/11/10	12/11/11					A
2009	01	O	11	025581570001-62	21/09/09	21/12/11					A

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copia e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

A planilha seguinte apresenta a distribuição de trabalhadores contratados mediante os contratos de locação de mão de obra relacionados nos quadros anteriores.

Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
08/22	01	04	SEDE
04	02	07	SEDE
14	03	02	SEDE
04	07	08	SEDE
04	07	07	INTERIOR
07	08	06	SEDE

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copia e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Obs.: 08/22 – Trata-se de dois contratos distintos firmados, um em complemento ao outro, com o objetivo de atuar na mesma área.

7.8 – Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A SFA-SC tem se estruturado de forma a permitir um acompanhamento com maior efetividade do desempenho do quadro de funcionários, de modo que possibilite, dentro de critérios e padrões justos e humanos, mensurar a aderência aos indicadores estabelecidos, e que a seguir apresentamos o detalhamento o objeto finalístico de cada padrão:

ABSENTEÍSMO: A SFA-SC tem procurado minimizar o impacto das ausências injustificadas dos servidores estruturando o Serviço de Gestão de Pessoas. Desde acompanhamento com foco na saúde, educação continuada e atividades de inserção social. Problemas relacionados com bebidas alcoólicas e psicossociais são os mais freqüentes, é que são mais significativas.

FREQÜÊNCIA LABORAL: Outro ponto relacionado a assiduidade, além do padrão acima, a SFA-SC adota como indicador a da freqüência laboral, o qual tem como seu objeto o de acompanhar a questão relacionada ao cumprimento de horário de trabalho, de modo que seja cumprido o número de horas semanais trabalhadas em conformidade com a regulamentação.

ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS: para evitar tanto acidentes como doenças ocupacionais, investimos na compra de mobiliário, cadeiras ergonômicas, *mouse pad*, monitores de LCD, descanso de pés, enfim gama de materiais que refletem na saúde do servidor. Temos também proporcionado ginástica laboral. Mesmo assim afastamentos por motivos relacionados têm sido anotado.

ROTATIVIDADE: este fato restringe a movimentação dentro do MAPA e das outras SFA's. Além do fato da aposentadoria atingir níveis altos não vem ocorrendo novos concursos.

EDUCAÇÃO CONTINUADA: tanto na área meio como na finalística tem sido feito investimento de forma acentuada, oportunizando a todos os servidores participarem de Congressos, Simpósios e outros eventos que pela sua programação seja compatibilizado com os fins que se propõe o Órgão. Dentre os inúmeros processos de relacionamento instituídos pela SFA-SC, destacamos a parceria com ESAF - Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF, que tem dado resultados significativos a Instituição.

SATISFAÇÃO E MOTIVAÇÃO: O treinamento “VOCÊ” tem trazido aos servidores que participaram deste treinamento, satisfação e motivação, pois tem como objetivo levar aos treinados a uma profunda compreensão de comportamentos e atitudes, e como estes influenciam os seus resultados na vida pessoal e profissional. Notoriamente tem se verificado melhorias na auto-estima, relacionamentos, comunicação e inteligência emocional dos funcionários.

DISCIPLINA: o servidor público federal, regido pela Lei nº 8.112/90, que estabelece os seus deveres e direitos.

DESEMPENHO FUNCIONAL: Este item tem sua avaliação determinado pela Legislação que trata da Avaliação de Desempenho Institucional aliado a Avaliação de Desempenho Individual, e são realizados pelas chefias de cada serviço da SFA/SC.

NÍVEIS SALARIAIS: Os níveis salariais praticados na SFA são decorrentes das carreiras estruturados dos Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Inspeção e de

Agentes de Atividades Agropecuárias e outras correlatas a atividade finalista, e de outro lado os ocupantes dos cargos regidos pelo PGPE, estipulados na legislação em vigor.

DEMANDAS TRABALHISTAS: o cerne desta questão está na falta de regras claras e definidas, quanto aos direitos funcionais dos servidores e das leis que regem essa relação de trabalho, dando origem assim as várias divergências jurídicas, e que atualmente temos tido um volume enorme de ações neste sentido de servidores que buscam a justiça para verem seus direitos preservados.

ÉTICA PROFISSIONAL: Tem se buscado por meio da consciência, a aderência do servidor às regras de conduta ética no desempenho de suas atividades profissionais, calcadas nos parâmetros fixados pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, instituído pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994.

Os indicadores descritos acima, obedecida as diretrizes e matrizes estabelecidas pela administração central do MAPA, servem de base para a avaliação de desempenho, realizada periodicamente, elaborada mediante consulta com as chefias imediatas aos funcionários avaliados.

Este método, apesar de ter algumas resistências em face do perfil ser avaliado mediante critério pessoalíssimo, permite com que possa se fazer um diagnóstico em cima de conceito mais humanos, no entanto esta metodologia não elide a necessidade de se produzir um processo de avaliação formativa, e que busque um programa instrucional visando o seu aperfeiçoamento.

8 – *Transferências por Convênios, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso ou Outros Ajustes ou Instrumentos Congêneres (Parte A, Anexo II da DN – TCU nº 107/2010)*

8.1 – *Transferências Efetuadas no Exercício*

O quadro que segue contempla o conjunto os valores relativos ao conjunto de instrumentos vigentes, relativas as transferências de recursos no exercício de referência.

Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

							Valores em R\$ 1,00			
Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DE SANTA CATARINA										
CNPJ: 00.396.895/0030-60			UG/GESTÃO: 130072							
Informações sobre as transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Vigência	Sit.		
							Início	Fim		
-	-	-	-	-	-	-	-	-		
-	-	-	-	-	-	-	-	-		

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Parceria 4 - Termo de Cooperação 5 - Termo de Compromisso	1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado

O quadro abaixo detalha por instrumentos a quantidade e volume de recursos repassados no exercício de 2008 e 2009. A inexistência de convênios efetivados no ano de 2010 se deve pelas razões expostas na análise crítica feita ao final deste capítulo.

Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
			UG/GESTÃO: 130072			
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	03	03	-	3.276.000	1.523.098	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-	-	-

A tabela a seguir contempla informações relativas ao números de instrumentos que terão vigência no exercício de 2011.

Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante						
			UG/GESTÃO: 130072			
Modalidade	Qt. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes		Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
			Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	0	0	0	0	0	0
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-	-	-

A ausência de dados se deve ao fato de que os convênio demonstrado anteriormente tiveram seu encerramento no final do exercício de 2010.

A tabela a seguir demonstra a quantidade de instrumentos de convênios com os respectivos montantes repassados, segmentados por ano em que deveriam ser prestadas as contas, de forma a evidenciar o perfil da prestação de contas das transferências sob essas modalidades.

Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

				Valores em R\$ 1,00
Unidade Concedente				
Nome: Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina – SFA-SC				
CNPJ: 00.396.895/0030-60		UG/GESTÃO: 130072		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)
				Convênios
				Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	<u>Quantidade</u>		03
		<u>Montante Repassado</u>		1.523.098
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	<u>Quantidade</u>	02
			<u>Montante Repassado (R\$)</u>	3.016.000
2009	Contas prestadas	Contas NÃO prestadas	<u>Quantidade</u>	-
			<u>Montante Repassado (R\$)</u>	9.248.750
	Contas NÃO prestadas		<u>Quantidade</u>	-
			<u>Montante Repassado (R\$)</u>	-
2008	Contas prestadas		<u>Quantidade</u>	-
			<u>Montante Repassado (R\$)</u>	-
	Contas NÃO prestadas		<u>Quantidade</u>	-
			<u>Montante Repassado (R\$)</u>	-
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		<u>Quantidade</u>	-
			<u>Montante Repassado (R\$)</u>	-

O quadro abaixo se refere às informações sobre a análise das prestações de contas a cargo da concedente e do contratante. Com base nos exercícios em que as contas foram apresentadas, a apresentação a seguir envolve informações de quantidade e montante relacionadas as contas analisadas e não analisadas.

Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

			Vlrs em R\$ 1,00
Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina – SFA-SC			
CNPJ: 00.396.895/0030-60		UG/GESTÃO: 130072	
Exercício da prestação de contas		Instrumentos	
		Quantitativos e montantes repassados	
		Convênios	Contratos de Repasse
2010		Quantidade de contas prestadas	2
Com prazo de análise ainda não vencido		Quantidade	-
Com prazo de análise vencido		Montante repassado (R\$)	-
		Contas analisadas	Quantidade Aprovada
			Quantidade Reprovada
			Quantidade de TCE
		Contas NÃO analisadas	Quantidade
			2
			Montante repassado (R\$)
			3.016.000
2009		Quantidade de contas prestadas	4
Contas analisadas		Quantidade Aprovada	-
Contas NÃO analisadas		Quantidade Reprovada	-
Contas NÃO analisadas		Quantidade de TCE	-
		Quantidade	4
		Montante repassado (R\$)	9.248.750
2008		Quantidade de contas prestadas	-
Contas analisadas		Quantidade Aprovada	-
Contas NÃO analisadas		Quantidade Reprovada	-
Contas NÃO analisadas		Quantidade de TCE	-
		Quantidade	-
		Montante repassado	-
Exercícios anteriores a 2008		Contas NÃO analisadas	Quantidade
			-
			Montante repassado

8.2 – Análise Crítica

A seguir passamos a abordar questões relacionadas a gestão do convênios firmados entre o MAPA e a CIDASC, análise crítica esta adotada quanto os aspectos a seguir relacionados e com as respectivas ponderações:

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente;
Não há registro de ocorrência de inadimplência no cumprimento das obrigações.

As transferências realizadas atenderam ao disposto nos mencionados decretos.

- Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos;

Registrarmos que no ano de 2009 não foram liberados todas as propostas apresentadas, embora aprovadas, por problemas de contingenciamento de recursos. O mesmo ocorrendo no ano de 2010, aliado as restrições da legislação eleitoral em anos de eleição.

- Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011;

No ano de 2011 conforme quadros anteriores, não há convênios vigentes. Todavia, em novembro de 2010, iniciou-se a discussão para a elaboração de propostas de convênios plurianuais 2011-2015, em atenção ao Ofício Circular nº 20/SDA/MAPA.

Encontra-se em tramitação duas propostas apresentadas pela CIDASC, sendo uma na área de sanidade vegetal e outra na área de defesa sanitária animal.

- Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares;

As prestações de contas referentes às transferências expiradas em 2010, em número de seis, foram apresentadas pelos convenentes nos prazos regulamentares (até 60 dias após o término da vigência do convênio) e encontra-se em análise nas áreas correspondentes.

- Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2010, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;

Ao ser autuado o processo de Prestação de contas junto a SFA-SC (abertura de processo), a documentação tem sua tramitação ao SEOF, setor competente para registro da entrega no SIAFI, para em seguida, ser destinada acompanhante do Termo de Convênio, responsável este que caberá, in loco, fiscalizar a aplicação dos recursos e emitir relatório consubstanciado, analisando a correta aplicação e utilização do objeto do acordo firmado.

Após esta etapa é feita análise das considerações e emitida Nota Técnica e adotadas as respectivas providências acerca das recomendações postadas no documento probatório, sendo que invariavelmente a necessidade de diligências afim de detalhamentos das constatações.

Em face disto todo o processo demanda tempo, que aliado a falta de recursos humanos capacitados e treinados, vem prejudicando a qualidade dos trabalhos desenvolvidos. Atualmente o Serviço dispõe de um único FFA treinado para a análise preliminar das prestações de contas, acumulando ainda outras funções, entre elas, a de Chefe do Serviço de Sanidade Vegetal, o que evidencia de forma clara a carência de elementos capacitados para realização dos trabalhos.

Do total de 6 prestações de contas atualmente pendentes, todas contam com o relatório de acompanhamento *in loco*. Duas estão concluídas e encontram-se no Setor Financeiro (SEOF) para o registro da aprovação no SIAFI e as demais se encontram em diligência, duas aguardando manifestação da conveniente e outras duas em análise na área técnica.

- Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados.

Os controles e o gerenciamento das transferências são realizados *in loco* pelos próprios acompanhantes designados por atos administrativos para tal função, sob a supervisão da Gestão de convênios da SDA da SFA/SC.

As fiscalizações e os acompanhamentos feitos de forma presencial (no local) têm sido realizados de maneira satisfatória, sendo que para tanto não houve registro de fatos que possam sugerir a inadequada capacidade de infra-estrutura e carência de recursos financeiros para alcançar os objetivos.

No que se refere a atuação da SFA-SC junto ao PRODESA, esta tem como atribuição somente o de analisar os Projetos propostos por prefeituras municipais e entidades, que na forma do que estabelece a regulamentação, podem vir a ser beneficiar de recursos originários das emendas parlamentares ao Orçamento da União.

Após a análise dos respectivos projetos, os mesmos são encaminhados à Caixa Econômica Federal – CEF, instituição financeira designada como agente repassador dos recursos daquela origem, cabendo a eles, na forma do que fixa as instruções relativas ao processo de prestação de contas, elaborarem no Relatório de Gestão as informações pertinentes a este capítulo.

9 – Declaração (Parte A, Anexo II da DN – TCU nº 107/2010)

9.1 – Declaração Atestando a Disponibilização de Informações no SIASG e SICONV



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA



DECLARAÇÃO

Adriano Carlos Ribeiro, Administrador, SIAPE nº 1350854, portador da cédula de identidade nº 1.664.905, cadastrado no CPF/RFB sob o nº 01640396942, Chefe da Divisão de Apoio Administrativo da Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina – DAD/SFA-SC, nos termos que estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, **DECLARO**, para fins de comprovação na forma que prevê o item “7” do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, que trata do conteúdo do Relatório de Gestão, relativo ao exercício de 2010, que os contratos mantidos por esta Superintendência estão devidamente disponibilizados e atualizados junto ao **Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG**.

Por ser verdade, firmo a presente declaração, nos termos e sob as penas da Lei.

São José/SC, 02 de janeiro de 2011.

Adriano Carlos Ribeiro
Chefe da DAD/SFA-SC
CPF: 01640396942

10 – Cumprimento de Obrigações na Lei nº 8.730/1993 (Parte A, Anexo II da DN – TCU nº 107/2010)

10.1 – Informações acerca do cumprimento pela UJ das Obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993

Na forma que fixa o art. 4º da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, os administradores desta Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina – SFA-SC, sujeitos a exigência e enquadrados no que estabelece o art. 1º, do mesmo Diploma Legal, estão quites com as obrigações estabelecidas, tendo sido entregues tempestivamente a documentação relativa as declarações de bens e de rendas dos administradores e detentores de cargos de confiança.

11 – Sistema de Controle Interno (Parte A, Anexo II da DN – TCU nº 107/2010)

11.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ

A informação abaixo detalha aspectos relacionados ao sistema de controles internos da SFA-SC, sob a ótica de ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento.

Estrutura de Controles Internos da UJ

ASPECTOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.	X				
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			

Considerações gerais:

No âmbito da SFA-SC não existe a estrutura aplicada de Controles Internos, sendo que a atividade é realizada de forma consolidada estando sua gestão a cargo de esfera superior a esta UJ, apesar de haver informalmente a figura do interlocutor de Controles Internos.

A Superior Administração da Superintendência, apesar de regimentalmente não ter a configuração como um agente de controle, tem buscado por meio da atividade de Conformidade de Registro de Gestão, prevista na Portaria nº 428, de 9 de junho de 2010, que aprovou o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e sua respectivas estruturas organizacionais, dar uma independência a atuação daquele serviço, permitindo com que as atividades tenham como características o de acompanhamento de gestão, procurando minimizar efeitos que possam ser prejudiciais ao bom desempenhos das atividades empreendidas na SFA-SC.

No entanto, esta estrutura carece de melhores adequações em face da carência de profissionais preparados e habilitados para o desempenho das atividades relacionadas aos Controles Internos, bem como, não haver qualquer dispositivos reguladores para esta atuação.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

12 – Sustentabilidade Ambiental (Parte A, Anexo II da DN – TCU nº 107/2010)

12.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Na tabela a seguir, relacionamos a avaliação dada por gestor desta Superintendência, a cerca da gestão ambiental e licitações sustentáveis desenvolvidas no decorrer do exercício de referência.

Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex: produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboraram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Produtos de limpeza, biodegradáveis.					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).		X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel A4					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.				X	
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Aquisição através de registro de preços.					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X

10.Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X		
11.Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X		
12.Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				
13.Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				
Considerações Gerais:				

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

13 – Gestão do Patrimônio Imobiliário (Parte A, Anexo II da DN – TCU nº 107/2010)

13.1 – Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União ou Locado de Terceiros

Os quadros A11.1 e A.11.2, previstos no item “9”, Parte “A”, do item 11 do Anexo a Decisão Normativa do TCU, nº 107, de 27.10.2010, relativos ao detalhamento espacial de imóveis de uso especial por parte desta UJ ficam prejudicados no seus preenchimentos em face da inexistência de bens sob aquelas condições.

13.2 – Gestão de Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

O quadro abaixo está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com manutenção incorridas no exercício de referência do relatório de gestão. Nesse quadro estão relacionados todos os imóveis que, em 31/12/2010, estavam sob a responsabilidade desta Superintendência.

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
130072	832700028500-0	21	3	356.488,33			153.522,31	0,00
130072	832700029500-5	21	3	271.911,92			127.994,00	0,00
130072	832700030500-0	21	3	527.096,52			33.955,06	0,00
130072	832700031500-6	21	3	30.458,52			62.351,00	0,00
130072	832700032500-1	21	3	1.830.948,82			336.000,00	288.460,39
130072	804700021500-7	21	3	98.558,66			25.000,00	23.400,00
130072	808300013500-0	21	3	87.636,57			13.500,00	12.350,00
130072	814700002500-0	16	3	2.815.754,66			0,00	9.552,00
130072	817300002500-9	16	3	21.968,76			0,00	0,00
130072	807500003500-4	16	3	1.746.019,35			0,00	0,00
130072	826700031500-9	23	3	63.536,29			0,00	0,00
Total							752.322,37	333.762,39

Tipo de Regime:

1 – Aqüicultura	12 – Em regularização – Outros
2 – Arrendamento	13 – Entrega – Adm. Federal Direta
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta	14 – Esbulhado (Invadido)
4 – Cessão – Outros	15 – Imóvel Funcional
5 – Cessão – Prefeitura e Estados	16 – Irregular – Cessão
6 – Cessão Onerosa	17 – Irregular – Entrega
7 – Comodato	18 – Irregular – Outros
8 – Disponível para Alienação	20 – Locação para Terceiros
9 – Em processo de Alienação	21 – Uso em Serviço Público
10 – Em regularização – Cessão	22 – Usufruto Indígena
11 – Em regularização – Entrega	23 – Vago para Uso

Tipo do Estado de Conservação:

1 – Novo	5 – Reparos Importantes
2 – Muito Bom	6 – Ruim
3 – Bom	7 – Muito Ruim (valor residual)
4 – Regular	8 – Sem Valor

Análise crítica:

Além do imóvel localizado no município de São José/SC, onde atualmente está instalada a sede estadual da Superintendência, a UJ detém sob sua responsabilidade outros seis (6) imóveis localizados em municípios do interior.

Destes, os imóveis de Concórdia e Blumenau estão em uso por Unidades Técnicas Regionais Agropecuárias, o de Indaial foi cedido para CIDASC, onde estão instalados setores de fiscalização da sanidade animal daquela Empresa pública estadual, no entanto encontra-se em aberto o processo de cessão, estando em análise para sua realização.

No que se refere ao imóvel de Capinzal, não obstante estar desprovido de documento legal cessionante, o bem está em uso pela Prefeitura Municipal daquela localidade.

Quanto os imóveis de Jaguarauna e Porto União, o primeiro está em uso pela APAE – Associação de Paes e Amigos dos Excepcionais daquele município, sem formalidade de cessão, e o segundo está desocupado podendo ser utilizado em função do bem estado de conservação.

14 – Gestão de Tecnologia da Informação – TI (Parte A, Anexo II da DN – TCU nº 107/2010)

14.1 – Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.			X		
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.				3	
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.				100%	
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.		X			
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		X			
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X			
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

15 – Cartões de Pagamento (Parte A, Anexo II da DN – TCU nº 107/2010)

15.1 – Informações sobre a Utilização de Cartões de Pagamento do Governo Federal

O uso dos cartões de pagamento foi consideravelmente reduzido em virtude da celebração do contrato de gestão de combustíveis com capilaridade em todo o estado de Santa Catarina.

As ações ficam restritas a manutenção de pequenas despesas nas Unidades descentralizadas desta UJ, no interior do estado, o que torna o montante ínfimo.

16 – Renúncias Tributárias (Parte A, Anexo II da DN – TCU nº 107/2010)

16.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da SFA-SC

O quadro a seguir contempla informações que contemplam dados acerca do seguinte: a) do tributo sobre o qual a renúncia incide; b) da legislação que a disciplina (leis, decretos, portarias etc.); c) da sua natureza, conforme o disposto no art. 14, § 1º, da LRF; d) dos objetivos sócio-econômicos da renúncia; e) da condição imposta para fruição do benefício tributário (contrapartida), com a discriminação dos critérios estabelecidos para seu cumprimento e da legislação que os define; f) do prazo de vigência da renúncia; g) das medidas de compensação utilizadas para a concessão da renúncia, conforme se descreve a seguir.

Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartid a Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensa ção
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-

Como não há registro de movimentações desta natureza pela SFA-SC, fica prejudicado o preenchimento de informações na tabela acima.

16.2 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

O quadro abaixo contempla os valores da receita renunciada, da captação de recursos decorrente da contrapartida exigida, se prevista na legislação instituidora da renúncia, e das medidas de compensação eventualmente implementadas.

Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

Valores	2008		2009		2010	
	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo	Estimativa	Efetivo
Renúncia	-	-	-	-	-	-
Contrapartida	-	-	-	-	-	-
Medidas de Compensação	-	-	-	-	-	-

Em face da inexistência de movimentação, conforme descrito acima, não há registro a serem feitos na tabela acima.

16.3 – Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

O quadro abaixo contempla os programas orçamentários que recebem, além dos recursos orçamentários, recursos oriundos de contrapartida da renúncia de receita tributária.

Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ

Renúncia	Programas	Recursos Renunciados Aplicados			Recursos Orçamentários Liquidados		
		2008	2009	2010	2008	2009	2010

Não há dados a serem informados pela UJ.

Em função da não ocorrência de renúncia fiscal por parte desta UJ, ficam prejudicadas as informações requeridas nos quadros “A.14.8”, “A.14.9”, “A.14.10” e “A.14.11”, que tratam, respectivamente das “Prestações de Contas de Renúncia de Receitas”, “Comunicações à RFB”, “Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas” e “Fiscalizações Realizadas pela RFB - Ações da RFB”.

16.4 – Declaração

A declaração relativa a situação do beneficiários de renúncia tributária e os beneficiários da contrapartida no exercício não será prestada em face da ausência de registro desta natureza.

17 – Providências Adotadas para Atendimento de Demandas em Acórdãos do TCU (Parte A, Anexo II da DN – TCU nº 107/2010)

17.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercício

O quadro a seguir detalha as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados ao TCU para atender às suas deliberações estando estruturadas em dois (2) blocos de informação: **Unidade Jurisdicionada** e **Deliberações do TCU**, dividido o segundo bloco em duas partes complementares: **Deliberações expedidas pelo TCU**, que identifica a determinação ou a recomendação lavrada pelo TCU, a nível de item do Acórdão, e **Providências Adotadas**, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão.

Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada

Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					Código SIORG
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Não há registro junto a SFA-SC relativo demanda provenientes do TCU no exercício de 2010.

17.2 – Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

A tabela abaixo contém as justificativas para o não atendimento às deliberações do TCU e possui a mesma estrutura informacional contemplada no quadro descrito anteriormente, com exceção dos campos **Síntese da providência adotada** e **Síntese dos Resultados Obtidos** que são substituídos pelo campo **Justificativa para o seu não cumprimento**, que compreende as justificativas do setor responsável pelo não cumprimento da deliberação expedida pelo Tribunal.

Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					Código SIORG
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Em face da inexistência de registros do item precedente, fica prejudicada o preenchimento da tabela acima.

17.3 – Recomendações do OCI atendidas no exercício

Abaixo demonstramos as informações relativas as providências adotadas frente a demanda originárias da CGU – Controladoria Geral da União, Órgão a que se jurisdiciona esta UJ para efeito de acompanhamento no decorrer do exercício de 2010. A demonstração está estruturada em dois blocos de informação: **Unidade Jurisdicionada** e **Recomendações do OCI**, dividido o segundo bloco em duas partes complementares, quais sejam: **Recomendações expedidas pelo OCI**, que identifica a recomendação expedida pelo OCI, e **Providências Adotadas**, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento à recomendação.

Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada

Denominação completa:	Código SIORG
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA	14

Recomendações do OCI

Recomendações expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	242952/01	Agregado	CGU-R/SC-21139/2010

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Superintendência Federal da Agricultura em Santa Catarina	2781

Descrição da Recomendação:

Requer posicionamento acerca dos pontos elencados nas Súmulas 223217/01 à 03 e que não foram contemplados na resposta efetuada por meio dos ofícios GAB/SFA-SC N°s. 02361, 002704 e 003078, respectivamente datados de 9.07.2009, 20.08.2009 e 17.09.2009, especificamente acerca de informações de Controle da Gestão e Gestão de Pessoas.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Superintendência Federal da Agricultura em Santa Catarina	2781

Síntese da providência adotada:

Regularizada as pendências detectadas no que diz respeito a contratação de serviços de terceiros, bem como, esclarecimentos acerca de apontamentos elencados pelo TCU em face do Relatório de Gestão. No que diz respeito a Gestão de Pessoal, foi encaminhada tabela relativo ao quadro de pessoa da UJ relativo aos exercícios de 2008 e 2009, atendendo solicitação formulada pela CGU.

Síntese dos resultados obtidos

Conclusão dos processos pendentes

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Nada a expor.

17.4 – Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

A tabela seguinte contém as justificativas para o não atendimento às recomendações do OCI e possui a mesma estrutura informacional contemplada no **Quadro A.11.3** descrito anteriormente, com exceção dos campos **Síntese da providência adotada** e **Síntese dos Resultados Obtidos** que são substituídos pelo campo **Justificativa para o seu não cumprimento**, que compreende as justificativas do setor responsável pelo não cumprimento da recomendação expedida pelo OCI.

Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

No que se refere a recomendações pendentes, esta UJ não possui atendimento sobrestado.

18 – Tratamento das Recomendações da Unidade de Controles Internos (Parte A, Anexo II da DN – TCU nº 107/2010)

18.1 – Recomendações da Unidade de Controles Internos

Não há registro de recomendações exaradas da unidade de controles internos visto que de acordo com o exposto do item “**11.1**”, deste Relatório, não há estrutura implantada deste tipo de acompanhamento.

19 – Declaração do Contador responsável (Parte B, Anexo II da DN – TCU nº 107/2010)

19.1 – Declaração atestando adequada situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial

DECLARAÇÃO DO CONTADOR DE CLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ): SUPERINT.FED.DE AGRIC.,PEC.E ABASTECIMENTOS C	Código da UG: 130072
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) CONTAS COM IMPROPRIADES: 142900000 E 199620300.</p>	
<p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local Contador Responsável	Data CRC nº

Brasília, DF	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Alberto Jerônimo Pereira	006624/T - GO

20 – Conteúdo Específico (Parte C, Anexo II da DN – TCU nº 107/2010)

20.1 – Indicadores e Resultados Estratégicos

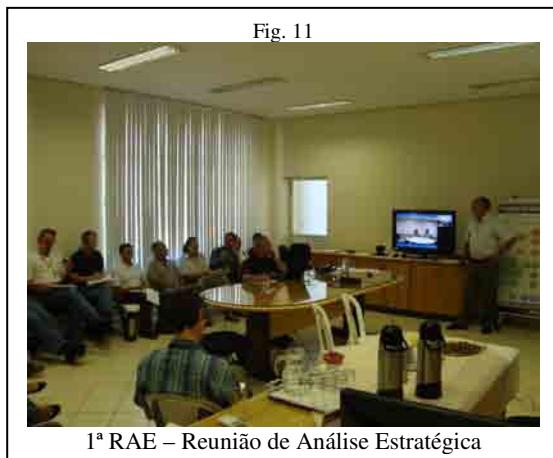
No decorrer do exercício de 2010, várias atividades foram desenvolvidas no sentido de disseminar o aprendizado acerca da importância da Gestão Estratégica para os objetivos da Organização.

Neste sentido, foi meritório o trabalho empreendido pelos facilitadores, grupo de servidores que tinham a incumbência de propagar junto aos demais lotados na Unidade Jurisdicionada, e suas descentralizadas, o espírito do empreendedorismo, por meio do Mapa de Aprendizagem da Gestão Estratégica, trabalho este que foi coordenado por interlocutor estadual, o que ocorreu por meio de reuniões (Fig. 10) realizadas de formas lúdicas e descontraídas.



Além destes encontros presenciais, realizados na sede e em várias localidades do interior catarinense, facilitando assim a participação indistinta dos servidores, foram promovidas inúmeras reuniões por meio de vídeo-conferência, permitindo com que houvesse discussões e debates acerca dos inúmeros assuntos que envolvem a Gestão Estratégica.

Como diapasão deste processo, temos os debates que envolveram os esclarecimentos e definições relativas às definições sobre a metodologia aplicada aos indicadores de desempenho, pontos de extrema importância ao processo de definição das metas integrantes do Planejamento Estratégico da Organização, culminando com a realização da 1ª RAE – Reunião de Avaliação Estratégica (Fig. 11).



Para exemplificar o alcance do trabalho empreendido pela equipe de facilitadores e pelo interlocutor ao longo do ano em referência e que culminou com a mensuração feita sobre o alcance dos indicadores de desempenho, destacamos:

Especificações	Indicadores
Número de reuniões realizadas na sede da SFA-SC	18
Número de reuniões realizadas em localidades do interior	14
Número de servidores lotados na SFA-SC	364
Número de servidores capacitados	298
Percentual de participação	81,87 %
Ciclo de palestras por videoconferência	6

Afora estas atividades, voltadas especificamente ao atendimento da capacitação dos servidores envolvidos diretamente em atingir as metas fixadas pela Gestão Estratégicas, em inúmeras outras atividades se fez presente a equipe designada para fomentar o espírito da Gestão Estratégica, dentre os quais podemos mencionar a participação em oficinas de Implantação e de Planejamento da Gestão Estratégica, I Encontro de Interlocutores de GE do MAPA, todos estes realizados em Brasília-DF, II Seminário de Ges-Pública-Excelência na Gestão Pública, ocorrido em Curitiba-PR e Curso de Elaboração e Gestão de Projetos, levado a efeito em Florianópolis-SC.

Para demonstrar a efetividade deste trabalho empreendido ao longo do ano de 2010, a seguir apresentamos tabela de avaliação dos indicadores de desempenho, demonstrando o nível de aderência (Coluna NA), pelas áreas de serviços da SFA-SC, às metas estabelecidas pela Gestão Estratégica, segundo as perspectivas definidas nos subitens 1, 2, 3 e 4, do item 21, constante na Parte “C” do Anexo II da DN (Decisão Normativa) do TCU – Tribunal de Contas da União, datada de 27 de outubro de 2010.

Chamamos a atenção, no entanto, para fato de que alguns indicadores, por serem híbridos em seus balizadores de avaliação, podem interagir com mais de uma perspectiva, diagnosticando segundo os parâmetros criados em sua metodologia.

1 – Perspectiva da Sociedade

Sob a perspectiva da Sociedade, foram analisadas nas seguintes situações: **a)**- Aumento da produção de produtos não alimentares e não energéticos; **b)**- Ampliação da Participação da Agroenergia na Matriz Energética; **c)**- Garantia da Segurança Alimentar; e, **d)**- Impulso do Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio.

NA	Resultados Estratégicos	Indicadores de Desempenho
	SDA.R1 – Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em Todo Território Nacional	Porcentagem de Propriedades Cadastradas no sistema eletrônico para emissão da GTA Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 24h da notificação Porcentagem de Bovinos em Áreas Livres de Febre Aftosa
	SDA.R8 – Melhorar e Qualificar o Status Fitossanitário Nacional	Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 48h da notificação
	SDA.R2 – Conformidade dos Insumos Agrícolas Assegurada	Índice de Conformidade dos Insumos Agrícolas Nº de Amostras de Sementes dentro dos Padrões Estabelecidos
	SDA.R3 – Conformidade dos Insumos Pecuários Assegurada	Índice de Conformidade dos Insumos Pecuários
	SDA.R4 – Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal Assegurada	Índice de Conformidade dos Produtos de Origem Vegetal
	SDA.R5 – Sistema de Inspeção Animal Revisado e Implantado	Índice de Conformidade dos Produtos de Origem Animal
	DAS.R6a-Redução da Produção e Comercialização dos Produtos de Origem Animal sem Inspeção Oficial	Número de atividades de combate à clandestinidade executadas pelo DIPOA e pelos SIPAG
	SDC.R1 – Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implantados	Variação Relativa da área de produção agropecuária em sistemas sustentáveis
	SDC.R2 – Ampliação do Capital Intelectual Protegido, do desenvolvimento tecnológico e da inovação no agronegócio	Percentual de Indicações Geográficas do Agronegócio Apoiadas

NA - Nível de Aderência:	Acima 90% da Meta	Entre 90% e 60% da Meta	Abaixo 60% da Meta	Dado não disponível

2 – Perspectiva do Agronegócio e Parceiros

No que se refere a esta perspectiva, foi considerado o resultado obtido para o Agronegócio e Parceiros.

NA	Resultados Estratégicos	Indicadores de Desempenho
	SDC.R1 – Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implantados	Variação Relativa da área de produção agropecuária em sistemas sustentáveis
	SDC.R2 – Ampliação do Capital Intelectual Protegido, do desenvolvimento tecnológico e da inovação no agronegócio	Percentual de Indicações Geográficas do Agronegócio Apoiadas
	SDC.R4 – Minimizar os problemas de infraestrutura e logística	Percentual de contratos de repasse regulares

NA - Nível de Aderência:		Acima 90% da Meta		Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível
--------------------------	---	-------------------	---	-------------------------	---	--------------------	---	---------------------

3 – Perspectiva de Processos Internos

No tocante a perspectiva de processos internos foram considerados os seguintes aspectos: **a)**- Informação para o Agronegócio visando a melhoria da qualidade e o acesso as informações para o agronegócio, aprofundamento da oferta de estudo e prospecção e avaliação; **b)**- Produtos e Serviços ao agronegócio oferecidos aos usuários do MAPA, demonstrando os principais resultados, os custos de cada serviço, desdobrando-os segundo os seguintes objetivos estratégicos: Garantia a inocuidade e a qualidade dos alimentos; desenvolver e garantir o acesso a tecnologia; Estimular a agregação de valor na produção agropecuária; e, Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio; **c)**- Excelência Administrativa com a implantação da Gestão Estratégica; e, **d)**- Gestão da infra-estrutura por meio da infra-estrutura física, com a modernização e diminuição de custos com a manutenção e controle de prédios, veículos, mobiliários, equipamentos etc, com os respectivos resultados; infra-estrutura laboratorial; infra-estrutura de redes de comunicação de dados, no que se refere a modernização e ampliação da capacidade de processamento e comunicação; e, infra-estrutura de tecnologia da informação.

NA	Resultados Estratégicos	Indicadores de Desempenho
	GM.R1 - Sistema de Comunicação Integrada do MAPA implantado	Taxa de notícias espontâneas favoráveis veiculadas na mídia sobre o MAPA
	AGE.R1 – Processo de Gestão Estratégica Consolidado	Grau de Conhecimento da Gestão Estratégica por parte da Gerência Nº de RAEs executadas
	GM.R4 – Contas do MAPA certificadas pela CGU e pelo TCU	Nº das Contas Certificadas Regulares Sem Ressalvas pela CGU
	Espaço Físico do Mapa Reformado e Reformulado	Nº de servidores por área construída
	SDA.R1 – Sistema Zoossanitário implantado e Operacional em Todo Território Nacional	Porcentagem de Propriedades Cadastradas no sistema eletrônico para emissão da GTA Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 24h da notificação Porcentagem de Bovinos em Áreas Livres de Febre Aftosa
	DAS.R8 – Melhorar e Qualificar o Status Fitossanitário Nacional	Porcentagem de suspeitas atendidas no prazo de 48h da notificação
	SDA.R2 – Conformidade dos Insumos Agrícolas Assegurada	Índice de Conformidade dos Insumos Agrícolas Nº de Amostras de Sementes dentro dos Padrões Estabelecidos
	SDA.R3 – Conformidade dos Insumos Pecuários Assegurada	Índice de Conformidade dos Insumos Pecuários
	SDA.R4 – Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal Assegurada	Índice de Conformidade dos Produtos de Origem Vegetal
	DAS.R5 – Sistema de Inspeção Animal Revisado e Implantado	Índice de Conformidade dos Produtos de Origem Animal

NA - Nível de Aderência:	Acima 90% da Meta	Entre 90% e 60% da Meta	Abaixo 60% da Meta	Dado não disponível

4 – Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento

Acerca desta perspectiva, foram tomado como referência para definição dos resultados estratégicos os seguintes pontos: **a)**- Gestão de competência humano que se refere a alocação de servidores em departamentos ou setores em que sua experiência profissional e formação possam ser melhor aproveitados; **b)**- Comunicação interna de informações importantes ao interesse da instituição; **c)**- Ações visando a melhoria do clima organizacional e ambiente de trabalho; e, **d)**- Gestão da Informação e do Conhecimento com ações para disseminação de conhecimento, aprendizagem, entre outras

NA	Resultados Estratégicos	Indicadores de Desempenho
	GM.R1 - Sistema de Comunicação Integrada do MAPA implantado	Taxa de notícias espontâneas favoráveis veiculadas na mídia sobre o MAPA
	AGE.R1 – Processo de Gestão Estratégica Consolidado	Grau de Conhecimento da Gestão Estratégica por parte da Gerência
		Nº de RAEs executadas
	SE.R1 – Gestão por competência Implantada	Índice de Capacitação em Competências
	Espaço Físico do Mapa Reformado e Reformulado	Nº de servidores por área construída

NA - Nível de Aderência:		Acima 90% da Meta		Entre 90% e 60% da Meta		Abaixo 60% da Meta		Dado não disponível
--------------------------	---	-------------------	---	-------------------------	---	--------------------	---	---------------------